



filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor

Captação de recursos

Estabelecer vínculos duradouros com investidores é tão importante quanto captar novos recursos

Legislação

Igrejas e templos devem se adequar segundo normas civis e religiosas próprias

Assistência social

Ao caminharem juntos, poder público e Terceiro Setor promovem construção social

Prestação de contas

Entidades se organizam para não errar e cumprir etapas do processo burocrático



Entrevista

Marcos Amorim

Chefe da Divisão de Gerenciamento de Auditoria em Isenção
Previdenciária esclarece normas obrigatórias da prestação de contas

Uma homenagem a João de Deus

Já estávamos com a edição fechada e no prelo, quando veio a esperada e dolorosa notícia da morte do Papa João Paulo II. Não hesitamos em parar as máquinas e prestar homenagem a Karol Josef Wojtyla, carinhosamente chamado pelos brasileiros de João de Deus.

Após quase 27 anos de pontificado, Karol marcou a história da Igreja Católica não só pelo terceiro maior mandato, mas por tomar atitudes grandiosas entre raças e povos. Com sorriso cativante e olhar sereno, capaz de sensibilizar o mais frio dos fiéis, João Paulo II foi o primeiro papa a entrar em uma mesquita e a falar com um líder ortodoxo, rogando a harmonia entre os povos. Foi também o primeiro pontífice a pisar em solo cubano.

Esses são apenas alguns exemplos de como Karol Wojtyla, um operário polonês que gostava de encenar peças de teatro, cativava católicos e não-católicos com seus gestos de fraternidade e simplicidade. Determinação e proficiência foram combustíveis essenciais para sua eterna militância pela paz mundial e pelos direitos humanos, sempre lutando contra injustiças sociais, guerras e o próprio comunismo.

De Wadonice, na Polônia, para o Vaticano, capital da Igreja Católica, João Paulo II percorreu 1,2 milhão de quilômetros, visitando 125 países. Foi também o papa que mais canonizou – 482 pessoas transformaram-se em santos durante seu pontificado.

No Vaticano, às 21h37 do último dia 2 de abril, João Paulo II deu seu último suspiro. Olhando para a janela que dava para a multidão de fiéis em vigília na Praça São Pedro, o Santo Padre levantou a mão, como quem desse a última bênção, e ainda resgatou força para pronunciar um “até logo”: Amém!

Um bilhão de católicos espalhados pelo mundo esperam agora o Conclave – a reunião dos cardeais antes da escolha de um novo papa. Entre eles há três brasileiros, que terão direito ao voto. Além disso, um de nossos representantes está bem cotado a vencer a eleição: Cláudio Hummes, arcebispo metropolitano de São Paulo.

Sendo brasileiro ou de qualquer outra nacionalidade, conclamemos que o próximo pontífice ajude a humanidade, católica ou não, a ver um mundo mais digno e com menos diferenças sociais.

Que o ritual da queima de votos dos cardeais traga em sua fumaça branca um sinal de esperança, e que esta saia do Vaticano e espalhe paz pelos ares do mundo todo.

Conselho Editorial



Em 5 de outubro de 1997, o Papa João Paulo II celebrou missa no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, durante visita ao Brasil

“À humanidade, que nesta hora parece perdida e dominada pelos poderes do mal, do egoísmo e do medo, o Senhor oferece o dom de seu amor, que perdoa, reconcilia e reabre o espírito para a esperança.”

Trecho da última mensagem do Papa João Paulo II, que seria divulgada dia 5 de abril, no Segundo Domingo de Páscoa

*Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a Revista Filantropia.*



DIVULGAÇÃO

Vizinho Legal apresenta peça infantil

No dia 17 de fevereiro, 30 crianças e adolescentes da comunidade do Jaguaré, em São Paulo, encenaram a peça *Avoar*, escrita e dirigida por Vladimir Capella, premiado pela Associação Paulista de Crítica e Arte como melhor diretor infantil. A atividade faz parte do programa Vizinho Legal, projeto de responsabilidade social da Roche que promove ações nas áreas de esportes, saúde, música e arte para 100 famílias e cerca de 400 jovens do bairro.



www.roche.com.br

Apresentação do espetáculo *Avoar*

Perspectivas de investimento social no Brasil

Brasília recebeu, entre os dias 21 e 23 de fevereiro, 25 instituições internacionais para o evento Diálogo de Fundações, promovido pelo Banco Mundial e o European Foundation Centre (EFC), em parceria com as Fundações Banco do Brasil e Avina, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Entre os temas abordados, estavam o cenário atual das ações de investimento social privado, estratégias e alternativas para ampliação de seu impacto e oportunidades de cooperação com investidores sociais internacionais.

Bolsa de Valores Sociais

Alemanha, Espanha, França e Chile devem adotar a Bolsa de Valores Sociais (BVS), programa da Atitude Marketing Social, empresa do grupo Futura Propaganda, especializada no desenvolvimento de programas de Responsabilidade Social Corporativa. A BVS, recomendada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a representantes dos países, empresta o prestígio da Bolsa de Valores de São Paulo às organizações. Os recursos são captados em um "pregão social", no qual investidores compram ações dos projetos sociais, a fim de fortalecer ONGs da área da educação.



www.bovespasocial.org.br

Marca Seda oferece cuidados de beleza em locais públicos

Até o final de março, a Seda ofereceu serviços de beleza gratuitos, como corte de cabelo e análise das condições dos fios, em shoppings, estações de metrô e postos do Poupatempo. Os estandes, localizados em locais de grande circulação e fácil acesso, vão passar por cinco cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Na cidade carioca, a comunidade do Grajaú recebeu o Camarim Seda, um salão de cabeleireiro itinerante instalado na carroceria de um caminhão de 20 metros de comprimento.



www.seda.com.br

Salão itinerante atendeu comunidade do Grajaú, Rio de Janeiro



CLAUDIO ANDRADE

Tom Cavalcante faz show beneficente em São Paulo

O humorista Tom Cavalcante apresentou, no dia 4 de março, um show beneficente em prol da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale). Toda a renda do espetáculo *Tom é 10*, realizado no Theatro São Pedro, será aplicada na mudança da associação para a nova sede, que visa facilitar o acesso dos pacientes, além de oferecer melhor infraestrutura e serviços. A Abrale é uma organização sem fins lucrativos que luta por um melhor tratamento a pacientes de linfoma e leucemia.



www.abrale.org.br



MYRIAM FIDELIS / DIVULGAÇÃO ABRALÉ

Andrea Chiarella Baptista, diretora da Abrale, abraçada a Mariana de Crescenzo, 8 anos, paciente com leucemia; Merula Steagall, presidente da Abrale, o humorista Tom Cavalcante e Claudia Vellozo, diretora da Abrale

Conferência em Brasília discute educação e cultura

A 4ª Conferência Nacional de Educação e Cultura, que aconteceu entre os dias 22 e 25 de fevereiro, em Brasília, promoveu um grande debate sobre políticas públicas para as duas áreas. O objetivo do evento, organizado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e com co-patrocinio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, debateu, entre outros temas, o Plano Nacional de Educação (PNE), que define metas e diretrizes para a educação até 2010.



www.camara.gov.br



www.unesco.org.br

Organizações sociais participam do Fashion Rio

A sexta edição do Fashion Rio, que aconteceu entre os dias 12 e 15 de janeiro no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, apresentou pela segunda vez o Projeto Arte Indústria. A partir de discussões entre a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), um dos patrocinadores do evento, e as ONGs Crioula e Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Cieds), os organizadores resolveram levar à passarela os trabalhos produzidos por artesãos de quatro organizações sociais – Crioula, Fuxicarte, Coosturarte e Ação Comunitária do Brasil.

 www.fashionrio.org.br

Inclusão social vai custar R\$ 7,2 trilhões ao Brasil

Estudo desenvolvido por pesquisadores da Unicamp, USP e PUC/SP, liderado pelo economista Márcio Pochmann e apresentado na publicação *Volume 5 – Agenda não-liberal da inclusão social no Brasil*, conclui que o Brasil teria de aplicar R\$ 7,3 trilhões entre 2005 e 2020 para se tornar um país desenvolvido, com inclusão social avançada e com base nos melhores desempenhos globais. Para a aplicação do valor, seria necessário um acréscimo de R\$ 450 bilhões anuais, durante quinze anos, aos gastos feitos atualmente na área social.

Debates na OAB/SP sobre temas jurídicos do Terceiro Setor

A Comissão de Direito do Terceiro Setor e o Conselho do Jovem Advogado promoveram, no dia 15 de março, as duas primeiras palestras do ciclo de debates Temas Jurídicos do Terceiro Setor. As conferências abordaram os temas: Aspectos de Direito Civil e Alguns Ramos de Atividade: tradicionais e emergentes. Entre os presentes estavam Luiz Flávio Borges D'Urso, presidente da OAB/SP, e Mônica Allende Serra, primeira-dama paulistana e presidente do Instituto Internacional Arte sem Fronteiras.

 www.oabsp.org.br

Campanha da Fraternidade 2005

No dia 9 de fevereiro, em Brasília, aconteceu a abertura ecumênica da Campanha da Fraternidade 2005, que este ano tem como tema Solidariedade e Paz e o lema Felizes os que promovem a paz. Uma das ações concretas da CF 2005 é a Coleta Ecumênica da Solidariedade, no dia 20 de março, que destinará recursos para projetos ligados a temas como paz, cidadania, direitos humanos, combate à violência e inclusão social.

 www.cf.org.br



Abertura da Campanha da Fraternidade 2005: Elinete Paes Miller, secretária da Igreja Presbiteriana, pastor Dr. Rolf Schünemann, bispo Adriel de Souza Maia, Dom Antônio Celso de Queiroz, Dom Celso Franco de Oliveira e pastor Carlos Augusto Moller

Consumidor brasileiro se interessa por atuação responsável das empresas

O relatório Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro, Pesquisa 2004, lançado no dia 15 de fevereiro, mostra que 76% dos entrevistados acreditam que podem interferir na atuação responsável das empresas. A pesquisa, elaborada pelos Institutos Ethos e Akatu, em parceria com a Indicator GfK, patrocínio do Grupo Carrefour e apoio da Gelre, também revela que os consumidores têm interesse em saber mais sobre as empresas socialmente responsáveis (72%).

 www.ethos.org.br
 www.akatu.net

5º Fórum Social Mundial

Entre 26 e 31 de janeiro, Porto Alegre sediou o 5º Fórum Social Mundial, que propõe o debate de alternativas para a construção de uma globalização solidária, com base nos direitos humanos universais, democracia, justiça social, igualdade e soberania dos povos. Na marcha de abertura, mais de 200 mil pessoas estiveram presentes e os números finais demonstram a grandiosidade do evento: 155 mil participantes cadastrados, cerca de 6.872 organizações de 151 países, 3.100 voluntários e, nos dias 29 e 30 de janeiro, a Brigada Militar estima que 500 mil pessoas circularam no Território Social Mundial. Entre os temas debatidos, destacam-se bioconstrução, uso de água, questão racial, economia solidária e de software livre. No próximo ano o Fórum Social Mundial será descentralizado, realizado em vários lugares do mundo, e, em 2007, acontecerá na África.

 www.forumsocialmundial.org.br



Participantes da cerimônia de encerramento



Restaurantes paulistanos participam de projeto social

O Projeto Rota do Chef reúne seis restaurantes da capital paulista – Spadaccino, Mossô, Honkê, L'Open, Coq e Restaurante do Instituto – em ação para divulgar o trabalho realizado pela Associação Viva e Deixe Viver. O cliente que escolher o prato sugerido pelo chef da casa, além de saborear uma receita exclusiva, estará contribuindo para a associação e receberá de lembrança um prato de porcelana, ilustrado com desenhos de crianças atendidas pela entidade.

www.vivadeixeviver.org.br

A atriz Eva Wilma colabora com a campanha Rota do Chef

Projeto da ONG Cidade Escola Aprendiz é exportado

A iniciativa brasileira Bairro Escola, dedicada à formação cultural de crianças e jovens de 4 a 24 anos, foi adotada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e começa a ser exportada para outros países do mundo. Em 14 de março, uma equipe da ONG Cidade Escola Aprendiz, responsável pelo projeto, viajou ao Caribe para apresentar o programa no congresso *Exchange for a Positive Life Style: Caribbean Adolescence Leadership*.

<http://aprendiz.uol.com.br>

Rotary International comemora 100 anos

No dia 23 de fevereiro, a Fundação Rotary International comemorou, em São Paulo, 100 anos de trabalhos humanitários com a presença de rotarianos de vários países e o lançamento do Selo Comemorativo do Centenário pelos Correios. A Rotary é uma organização social composta de líderes profissionais e empresariais, que tem entre os principais projetos a erradicação da poliomielite mundial e os programas pela educação e paz.

www.rotary.com

Empresas falham na comunicação de RSE

De acordo com um relatório do Programa Ambiental das Nações Unidas (Unep), a maioria das empresas não mira adequadamente seu material de comunicação sobre responsabilidade social empresarial (RSE). Como resultado, não conseguem atingir o comportamento do consumidor. A pesquisa internacional, elaborada pela empresa MPG, ouviu quase mil pessoas em 600 organizações espalhadas por 50 países e revelou que poucas puderam citar empresas que publiquem relatório ambiental ou de RSE.

www.mpgintl.com

Sites sobre setor social se multiplicam na internet

Assim como cresce o Terceiro Setor no Brasil, observa-se o aumento acelerado do número de sites institucionais e de notícias sobre a temática social. Segundo a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), órgão responsável pelo registro de domínios no Brasil, em 1996, existiam apenas 200 páginas na internet com a terminação “.org.br”. Hoje, são mais de 19.500.

Fiesp sedia encontro contra pobreza

Em 7 de março, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) foi sede da reunião que discutiu a melhor forma de instituições, empresas e empresários brasileiros participarem de maneira ativa da Coalizão Global Contra a Pobreza: Um Chamado à Ação do Fórum de Comércio e Pobreza. O objetivo do fórum é sensibilizar lideranças mundiais para a questão da pobreza e verificar como a diminuição do protecionismo comercial dos países ricos poderia atenuar a pobreza nos países em desenvolvimento.

www.fiesp.org.br



Leilão no Brasil Open de Tênis

No dia 18 de fevereiro, Renato Aragão, embaixador da Unicef, esteve na Costa do Sauípe, Bahia, para a realização de um leilão. A ação aconteceu durante o Brasil Open 2005 e promoveu o leilão de peças de vários atletas patrocinados pelo Banco do Brasil, como uma raquete autografada do Gustavo Kuerten, bonés, tênis, entre outros. Os valores arrecadados foram revertidos para os programas Criança Esperança e Fome Zero.

<http://criancaesperanca.globo.com>

Renato Aragão durante coletiva sobre o leilão



São Paulo recebe simpósio de captação de recursos

O 6º Simpósio Nacional de Captação de Recursos para as Entidades do Terceiro Setor, realizado pela Econômica Desenvolvimento e Consultoria Empresarial no dia 11 de março, buscou orientar entidades beneficentes e operadores da filantropia nacional sobre técnicas e fontes de captação de recursos. Para a Ir. Vilma Rúbio de Lima, do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, a palestra sobre agências internacionais de financiamento foi a mais interessante. Segundo Marcos Biasoli, presidente da Econômica e diretor da Revista Filantropia, "o propósito do evento é abrir horizontes para as instituições buscarem recursos em outras fontes e não dependerem apenas do orçamento do Estado".

 www.economica.com.br

Trote Solidário no Mackenzie



WILSON CAMARGO RODRIGUES

Alunos do Mackenzie durante Trote Solidário na unidade Tamboré

A Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, realizou este ano mais um Trote Solidário, que convida os calouros a participar de ações de cidadania e atividades sociais durante toda a vida acadêmica. O Trote Solidário é o primeiro evento do ano ligado ao projeto Mackenzie Solidário, que promoverá ainda campanhas de doação de alimentos, agasalho, sangue e livros.

 www.mackenzie.br

Encontro do CIEE aborda contratação de deficientes

Na primeira palestra do ano do projeto Encontros do Terceiro Setor, promovido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Evalda Lúcia da Silva Munhoz, analista de recursos humanos da MWM, fabricante de motores Diesel, e Sebastião Tadeu Machado Cavalcante, gerente de recursos humanos da BSH Continental, mostraram como adequar as empresas à legislação sobre contratação de portadores de deficiência.

 www.ciee.org.br



Sebastião Tadeu Machado Cavalcante e Evalda Lúcia da Silva Munhoz

SERVÍCIO / DIVULGAÇÃO

Mais de 100 especialistas participam de evento sobre infância



DTÁVIO DIAS DE OLIVEIRA

Especialistas durante debate

O Fórum de Desenvolvimento da Criança reuniu, no dia 4 de março, mais de 100 especialistas, entre pediatras, psiquiatras, psicólogos, pedagogos e representantes de diversas organizações voltadas para a criança. O evento, promovido em São Paulo pelo Instituto Unilever, propôs novos modelos de interação da criança com o meio ambiente, em um mundo mais livre, melhor instrumentalizado e com adultos conscientes de seu papel como educadores, e não protetores.

 www.gessylever.com.br

Prêmio Rei da Espanha

A Pastoral da Criança recebeu em 24 de janeiro o Prêmio de Direitos Humanos Rei da Espanha por seu trabalho na redução da mortalidade infantil no Brasil. A entrega do prêmio, disputado por 47 candidaturas de 17 países, foi entregue pelos reis Juan Carlos e Sofia na Universidade de Alcalá, na Espanha.

 www.pastoraldacrianca.org.br

Administração penitenciária compartilhada

A Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo promoveu, no dia 3 de fevereiro, o evento Ação Social se Faz com Serviços e Parcerias, no Centro de Ressocialização de Sumaré, com o objetivo de mostrar os primeiros resultados das administrações compartilhadas com a sociedade civil organizada.

AACD: mais de 1 milhão de atendimentos

Em 2004, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) realizou em média 4.957 atendimentos diários e chegou ao fim do ano passado com 1.060.019 atendimentos. Além disso, foram 118.797 consultas médicas, 5.833 cirurgias e 54.010 aparelhos ortopédicos fabricados.

 www.aacd.org.br

Projeto Florescer em Madri

Eugênia Fleury participou, entre os dias 11 e 14 de fevereiro, do salão do *prêt-à-porter* de Madri. Ela esteve em horário integral no estande da ONG Projeto Florescer, que apresentou aos europeus peças da marca ReciclaJeans, associação formada por mulheres da favela Paraisópolis de São Paulo.

 www.projetoFlorescer.com.br

Presidente do Grupo Orsa participa de evento em Berlim

Sergio Amoroso, presidente do Grupo Orsa, foi convidado pelo Ministério da Economia, Cooperação e Desenvolvimento da Alemanha para palestrar na convenção Diálogo da Política Internacional – Crescimento do trabalho intensivo para redução da pobreza, no dia 10 de fevereiro, em Berlim. Amoroso falou da experiência do Grupo Orsa com o desenvolvimento sustentável.

 www.grupoorsa.com.br

Marcos Adriano Amorim

Chefe da Divisão de Gerenciamento de Auditoria em Isenção Previdenciária, Marcos Adriano Amorim explica as ações de controle fiscais de entidades sociais isentas de contribuições à Previdência

ELAINE IORIO

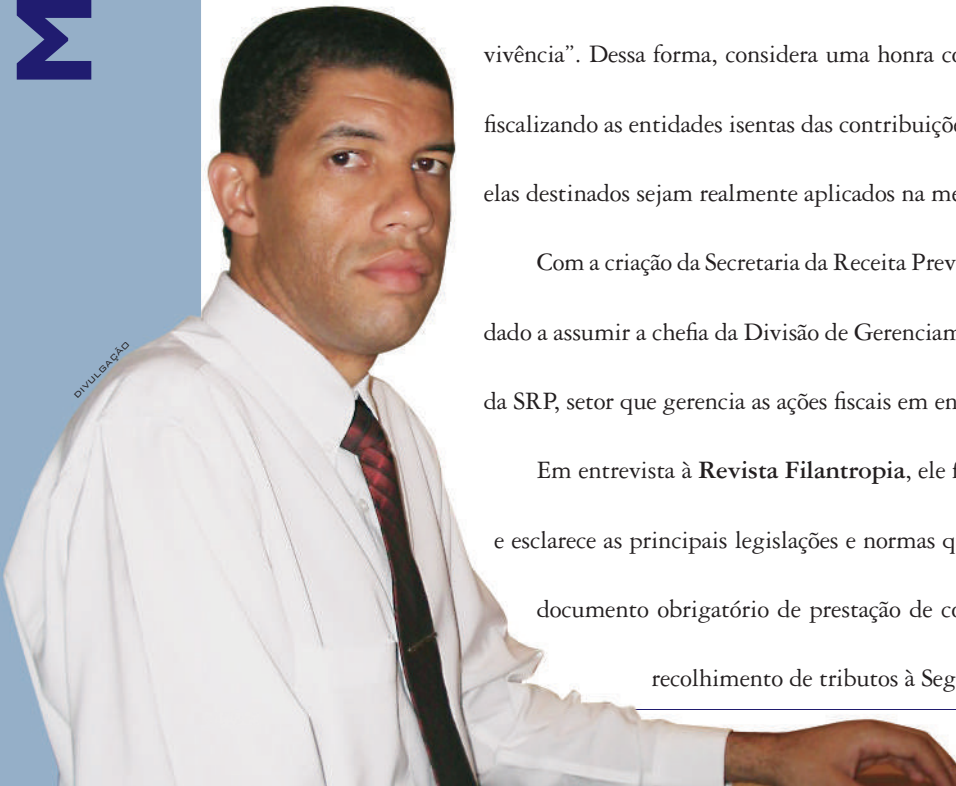
Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e com especialização em Engenharia de Controle pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Marcos Adriano Amorim começou a trilhar sua carreira profissional em 1994, quando foi aprovado em um concurso para engenheiro da Força Aérea Brasileira.

Mas após oito anos como oficial militar, decidiu buscar outros caminhos profissionais. Ingressou em 2002 no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como Auditor Fiscal da Previdência Social, e passou a atuar no segmento de isenção previdenciária.

Em um primeiro momento, a nova área de trabalho parecia distante daquela iniciada na faculdade, mas a importância social das atividades a serem desenvolvidas o motivaram. Para ele, “é extremamente importante que o governo propicie, direta ou indiretamente, atendimentos básicos e fundamentais à população mais carente, de modo a garantir suas condições de sobrevivência”. Dessa forma, considera uma honra colaborar com as atividades do Terceiro Setor, fiscalizando as entidades isentas das contribuições sociais, com o objetivo de que os recursos a elas destinados sejam realmente aplicados na melhoria das condições sociais do país.

Com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), no início de 2005, foi convidado a assumir a chefia da Divisão de Gerenciamento de Auditoria em Isenção Previdenciária da SRP, setor que gerencia as ações fiscais em entidades isentas de todo o Brasil.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, ele fala sobre a situação do Terceiro Setor no país e esclarece as principais legislações e normas que regulamentam o Relatório de Atividades, documento obrigatório de prestação de contas à SRP por entidades sociais isentas do recolhimento de tributos à Seguridade Social.



DIVULGAÇÃO

É de suma importância para a entidade manter a credibilidade perante seus financiadores. Para essa finalidade, faz-se mister a elaboração de prestação de contas que legitime o trabalho desenvolvido

Revista Filantropia: *Você considera necessária a ligação da sociedade a entidades ou movimentos sociais?*

Marcos Adriano Amorim: Acho extremamente importante a participação da sociedade civil na cobrança da atuação do Estado, a fim de melhorar as condições de equilíbrio social do país. Entretanto, em virtude das dimensões que tomaram os problemas sociais brasileiros, não basta cobrar o Estado, é necessária a participação efetiva da população, colaborando para a resolução dos problemas.

Filantropia: *Segundo o IBGE, hoje já são mais de 276 mil fundações privadas e entidades sem fins lucrativos no Brasil. Como o senhor vê esse crescimento?*

MAA: Sem dúvida, grande parte do crescimento é fruto da conscientização da população brasileira sobre a necessidade de engajar-se nos movimentos que visam a melhoria das condições sociais do país, colaborando para a redução das desigualdades. Contudo, esse gradiente positivo tem uma parcela relacionada a entidades cujos propósitos não se coadunam com os princípios da responsabilidade social. Algumas atuam, até, com objetivos escusos. Nesse momento, há a necessidade de atuação dos órgãos de controle e fiscalização governamentais, juntamente com a sociedade civil, para executar a filtragem dessas entidades, impedindo, assim, que seja denegrido o nobre intuito dos movimentos e das ONGs que atuam com seriedade no país.

Filantropia: *Na sua opinião, quais são os maiores desafios do Terceiro Setor no Brasil?*

MAA: Entendo que são muitos os desafios que o Terceiro Setor enfrenta para atingir seu objetivo primordial, de contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. Por outro lado, existe um desafio comum a

todas as instituições do setor: a obtenção de recursos para financiar suas atividades. As fontes financiadoras podem se diferenciar. Dentre as mais comuns, reputo figurar as contribuições pessoais, patrocínios de empresas e recursos públicos. É de suma importância para a entidade manter a credibilidade perante seus financiadores. Para essa finalidade, faz-se mister a elaboração de prestação de contas que legitime o trabalho desenvolvido pela instituição e mostre ao financiador que os recursos por ele disponibilizados foram aplicados da maneira como a entidade havia se comprometido previamente.

Filantropia: *Para o senhor, quais seriam os métodos ideais de fiscalização das entidades filantrópicas?*

MAA: Para responder essa pergunta, recorro a um velho dito popular: “O que é acordado (previamente entre partes) não é caro!”. Dessa forma, entendo que a maneira mais adequada de fiscalizar uma entidade filantrópica é fazer cumprir o “acordo” firmado previamente entre as partes. Quando a instituição apresenta sua proposta de execução de trabalhos ao financiador, compromete-se a aplicar os recursos e prestar contas de uma forma predefinida.

Filantropia: *Qual a importância da prestação de contas de entidades filantrópicas junto ao INSS?*

MAA: Aproveito esse assunto para fazer um esclarecimento. No final de 2004, a estrutura de arrecadação da receita previdenciária existente no INSS desvinculou-se dessa autarquia, migrando para a recém-criada Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), diretamente ligada ao Ministério da Previdência Social. Dessa forma, as competências de arrecadação da receita previdenciária, que eram do INSS, passaram a ser executadas pela SRP, incluindo o recebimento do Relatório de Atividades das entidades isentas.

Ressalto que todos os que utilizam recursos públicos estão obrigados à prestação de contas. É a garantia de que a destinação dos recursos será a obtenção do bem comum. Quando uma entidade beneficente de assistência social requer da SRP a isenção das contribuições previstas nos art. 22 e 23 da lei 8.212/91, ela deixa de recolher à Seguridade Social parte dos tributos a que estaria obrigada. É como se o governo repassasse os valores à instituição, para que ela os aplique em atendimentos relacionados à assistência social, ou seja, assistir pessoas comprovadamente carentes, na forma definida pela legislação. Ao requerer da SRP a isenção, a entidade deve atender a uma série de requisitos previstos na legislação. Nessa mesma legislação constam os parâmetros da prestação de contas a que a entidade se obriga para fazer jus à isenção.

O Relatório de Atividades, a prestação de contas das entidades isentas, é fundamental, pois é a maneira pela qual a organização comprova que aplicou os recursos públicos recebidos na forma estabelecida pela legislação, ou seja, em atendimentos que proporcionem o mínimo necessário à sobrevivência de pessoas que não têm meios para provê-la. A legislação citada está disponível no site do Ministério da Previdência Social, no link *Legislação* (Sistema de Legislação da Previdência Social – Sislex). Outras informações também podem ser obtidas nas Seções de Orientação da Arrecadação das Unidades Descentralizadas da SRP.

Filantropia: *Em relação aos tipos de prestação, quais os pontos que devem ser abordados e de que forma?*

MAA: A prestação de contas das entidades isentas à SRP é o Relatório de Atividades, que deve ser entregue anualmente até o dia 30 de abril. Nele devem constar, dentre outras informações, as atividades realizadas pela instituição no ano anterior. É importante destacar que os recursos que a entidade isenta

deixou de recolher à Seguridade Social devem ser aplicados em atividades relacionadas à assistência social. Esse é o princípio básico que a organização deve seguir ao escolher as atividades nas quais aplicará os recursos, que precisam ser vinculadas aos parâmetros fundamentais de manutenção das condições de sobrevivência da população mais carente.

O art. 55 da lei 8.212/91, regulamentado pelo decreto 3.048/99 (art. 206 a 210), elucidado pela instrução normativa 100/03 (com alterações posteriores) e pelos Pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social, traz as orientações a serem seguidas na elaboração do Relatório de Atividades.

Filantropia: Quais os erros mais frequentes cometidos pelas entidades na prestação?

MAA: Os erros mais comuns encontrados nos Relatórios de Atividades ocorrem quando a entidade utiliza atendimentos que não se subsumem ao conceito da assistência social. Dessa forma, em virtude da frequência dos erros, a Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social emitiu o parecer 2.414 de 2001, no qual consta um rol não exaustivo de prestações que não podem ser utilizadas como justificativa de aplicação em gratuidade para fins de Relatório de Atividades. Vejamos a transcrição da relação:

- a) Descontos concedidos uniformemente a todos os alunos.
- b) Gastos com aperfeiçoamento educativo de sócios e outros serviços gratuitos.
- c) Qualificação do corpo docente.
- d) Gastos com cursos, palestras e seminários destinados aos professores.
- e) Gastos com acadêmicos (palestras, encaminhamento para estágios, visitas, recepção de calouros).
- f) Cessão de espaço físico a empresas e comunidade.
- g) Plano de saúde concedido a funcionários.
- h) Bolsas de estudo concedidas a filhos de funcionários.
- i) Desconto ou bolsa concedidos a alunos irmãos.
- j) Reduções de anuidades concedidas a alunos matriculados em mais de um curso.
- k) Valores não recebidos por inadimplência, desistência, abandono, trancamento de matrícula etc.

- l) Atendimentos prestados pelos próprios alunos, como atividades curriculares.
- m) Prestações *in natura*, como moradia, alimentação etc., fornecidas aos funcionários.
- n) Outros serviços que não tenham correlação com os objetivos institucionais da entidade.
- o) Custos da atividade meio desenvolvida pela instituição.
- p) Conjugação dos critérios do inciso IV com o do parágrafo 4º do decreto 2.536/98.

Filantropia: O senhor acredita que os erros refletem a falta de conhecimento legal das entidades? O que a Previdência faz para manter informadas as organizações do Terceiro Setor sobre seus direitos e deveres junto ao órgão?

MAA: Logicamente a falta de conhecimento legal das entidades pode ser apontada como uma das causas dos erros ocorridos nos Relatórios de Atividades, mas indubitavelmente isso não pode ser utilizado como justificativa. Na mesma legislação, em que consta a previsão da concessão do benefício da isenção, encontram-se os requisitos para a prestação de contas a que a entidade se obrigou. Além do mais, é sabido que ninguém pode alegar desconhecimento da lei para eximir-se do seu cumprimento; sendo assim, é inadmissível que entidades, principalmente as de maior porte, aleguem tal fato para justificar os erros cometidos na prestação de contas.

A Previdência Social, cumprindo seu dever de informar a população sobre as normas que a regem, mantém disponível em seu site a legislação que orienta a elaboração do Relatório de Atividades. Para melhor informar as entidades isentas, estão ainda disponíveis nas Unidades Descentralizadas da SRP as Seções de Orientação da Arrecadação, para esclarecer dúvidas remanescentes.

Filantropia: Caso a instituição descumpra a prestação, quais as penalidades cabíveis?

MAA: Os Relatórios de Atividades são analisados e, periodicamente, a entidade estará sujeita a uma auditoria fiscal. Em ambos os casos, será verificado se a organização continua a atender os requisitos necessários à manutenção da isenção das contribuições previdenciárias. Apurada a existência de irregularidades previstas na legislação, serão tomadas providências cabíveis, que podem ser consideradas como o início do processo

Os erros mais comuns encontrados nos Relatórios de Atividades ocorrem quando a entidade utiliza atendimentos que não se subsumem ao conceito da assistência social



de cancelamento da isenção, que poderá ter cursos distintos em função do tipo de irregularidade detectada.

Após o devido procedimento legal, inclusive com a apresentação de defesa por parte da entidade, o processo pode culminar no cancelamento da isenção. Cancelada a isenção, serão cobradas da entidade as contribuições constantes dos art. 22 e 23 da lei 8.212/91, podendo, ainda, a instituição ser autuada por descumprimento de obrigações acessórias, se for o caso.

Filantropia: Quais são os itens avaliados na prestação?

MAA: Os itens avaliados para manutenção da isenção são os listados no art. 55 da lei 8.212/91, regulamentados pelo decreto 3.048/99 (art. 206 a 210), elucidados pela instrução normativa 100/03 (com alterações posteriores) e pelos Pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social.

A legislação citada orienta que sejam analisados, principalmente, aspectos relativos à existência de remuneração de diretores, desvio de finalidade na aplicação dos recursos e manutenção da escrita fiscal regular. É verificado também se a entidade possui os títulos de utilidade pública e os certificados de entidade

beneficente. Para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a entidade precisa comprovar que seus serviços assistenciais, nas áreas de educação e/ou saúde, atingiram os percentuais mínimos, respectivos, estabelecidos no decreto 2.536/98 – questão anteriormente regulamentada pelo decreto 752/93.

Filantropia: Como são analisadas a concessão de bolsas de estudo para funcionários e as gratuidades presentes no parecer 2.414/01 da Previdência?

MAA: Com o objetivo de elucidar quais as aplicações de recursos da entidade não podem ser utilizadas para fins de cálculo dos percentuais exigidos nos decretos 2.536 e 752, a Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social emitiu o parecer 2.414/01, que trouxe um rol, não exaustivo, de aplicações que não se vinculam aos princípios da assistência social. Nele figuram as atividades de treinamento e aperfeiçoamento dos funcionários, bem como as bolsas de estudo concedidas a seus filhos. Tais aplicações apresentam nítido caráter trabalhista, com natureza salarial, constando, na maioria dos casos, das convenções coletivas de trabalho.

Portanto, longe estão de se amoldarem ao conceito de aplicação em gratuidade para fins beneficentes.

Entretanto, com a instituição do Programa Universidade para Todos (Prouni), por meio da lei 11.096/05, estabeleceu-se que as organizações que aderirem ao programa ou adotarem suas regras de seleção, e somente essas, poderão, a partir da data de vigência dessa lei, considerar como bolsistas do programa os trabalhadores da própria instituição e dependentes destes que forem bolsistas em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% das bolsas do Prouni, desde que os agraciados atendam as condições socioeconômicas estabelecidas na própria lei.

Filantropia: Há intenção do Ministério da Previdência de informatizar o trabalho de prestação de contas?

MAA: Sim. A SRP já iniciou os estudos no sentido de informatizar as prestações de contas (Relatório de Atividades) entregues pelas entidades isentas. Existem estimativas de que tal procedimento poderá ser implantado no próximo ano. 

 www.previdenciasocial.gov.br



Desenvolvemos, analisamos e implementamos sua gestão contábil, quer ela tenha fins lucrativos ou sociais

Serviço personalizado e especializado no Terceiro Setor

- Fundação Abrinq
- Ass. Andréia Franco
- Planet Finance Brasil (ONG)
- ANE-AC



São mais de três décadas de tradição que possibilitaram agregar valores como inovação, informação e agilidade a nossa conduta de trabalho e atendimento.

- Contabilidade Gerencial com análises de orçamento e por projetos
- Planejamento tributário objetivando economia de forma legal
- Área Contábil, Fiscal, Financeira e de Recursos Humanos
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e Auditoria Preventiva
- Serviços e informações online pela Internet com total segurança
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão

A banalização da responsabilidade social empresarial

Até o “rei do futebol” sucumbe aos embustes sociais

FERNANDO CREDIDIO

fernando.credidio@parceirosdavid.org

Muitas empresas se autodenominam socialmente responsáveis, influenciando a mídia, as organizações do Terceiro Setor e, principalmente, a própria sociedade, entre outros públicos, a acreditar nessa hipótese. O que existe, na verdade, são apenas três categorias de organizações: as que adotam mais políticas e práticas de responsabilidade social, as que adotam menos e aquelas que, até agora, não acordaram para essa nova demanda. Às últimas, que estão perdendo a oportunidade de trilhar esse caminho pelo “amor”, só lhes restará, no futuro, fazê-lo pela “dor”. As ferramentas e informações estão amplamente disponíveis e difundidas, e está próximo o momento em que seu negócio pode começar a apresentar problemas – em especial, pela exigência por parte de seus *stakeholders* – de uma postura socialmente responsável.

Infelizmente, o conceito de responsabilidade social empresarial vem sendo banalizado, subjugado e, principalmente, tratado de forma leviana por alguns. A temática socioambiental é sagrada e, como tal, deve ser tratada com seriedade, respeito, veracidade, além de ser preservada ao máximo. Afinal, ela não pode, nem deve, ser confundida com marketing ou com outras ferramentas de gestão que, em geral, costumam ser vulgarizadas, igualmente, pelas empresas – a exemplo de ISOs, reengenharia,

gestão por competência, *outsourcing*, *balanced scorecard* etc. Na ânsia desmedida de se tornarem competitivas e diferenciadas no mercado, muitas empresas acabam negligenciando esses processos, levando-os ao descrédito e arranhando sua imagem e reputação, em vez de agregarem valor à sua marca, como seria o esperado.

Felizmente, nem toda empresa age por má fé ou intenção. A maioria o faz por puro desconhecimento e, sobretudo, pela falta de humildade – característica de grandes corporações – para pedir socorro a consultorias especializadas, imaginando que seu corpo funcional será capaz de gerir área tão específica e estratégica. O fato é que os executivos dessas empresas não possuem formação técnica nem expertise para isso.

O resultado é que, cada vez mais, observam-se peças publicitárias e de marketing primorosas, apoiadas por depoimentos de personalidades dos meios artístico, cultural e esportivo, que avalizam verdadeiras aberrações, pretensamente, de cunho socioambiental.

É chegada a hora de dar um basta nesta situação! Exemplos de embustes sociais não faltam. Seriam precisos vários artigos para relacioná-los. Em razão do espaço, será mencionado apenas um – facilmente identificado por aqueles que residem na cidade de São Paulo

“Somos o que fazemos. Nos dias em que fazemos, realmente existimos; nos outros, apenas duramos”

Padre Antônio Vieira (1608-1697)

– e que ultrapassa todas as medidas da lógica, do bom-senso e, sobretudo, da ética.

Uma conhecida universidade vem veiculando, há algum tempo, anúncios em jornais, revistas, rádio e TV, nos quais apresenta o testemunho de ninguém menos que “o rei do futebol”, que parece ter sucumbido ao apelo fácil e inconsistente da responsabilidade social empresarial, ao aprovar um programa em que a tal universidade realiza ações que possibilitam maior acesso à educação, por meio de descontos nas mensalidades de diversos cursos que promove, em especial, para alunos transferidos de outros centros de ensino.

Fica a pergunta: desde quando falta de alunos e interesses puramente comerciais podem ser usados como propósito social? A quem essa universidade pretende enganar? Será esse o exemplo que ela costuma multiplicar a seus alunos? Se for assim, pobre país, pobre dos brasileiros! Os professores e executivos – porque as escolas são, atualmente, mais empresas do que instituições – dessa universidade deveriam se preocupar um pouco mais com a qualidade do ensino, a formação ética de seus alunos, a multiplicação de bons valores e exemplos e, também, com a imagem projetada à sociedade que, felizmente, está mais atenta a todas as atitudes das organizações, avaliando suas reais intenções.

Quanto às personalidades que costumam emprestar seu prestígio para campanhas publicitárias, deveriam preservar um pouco mais sua história e seguir o belo exemplo da atriz Letícia Sabatella que, em recente entrevista à revista TPM, declarou: “Não dá para vender sabonete num dia e, no outro, dizer para as pessoas olharem uma questão da sociedade. Como elas vão acreditar plenamente no que eu disser?”. É uma pena que nem todos possuam essa consciência e responsabilidade.

Diante desse exemplo, só resta a conclusão de que os valores e a ética das organizações devem ser revistos o quanto antes. Mais do que isso, elas precisam ser cobradas pela sociedade, de forma incisiva, pelo fato de atirar o Brasil a um lamaçal que, por certo, afogará no futuro nossos filhos e netos, legando-lhes um mundo que, definitivamente, não foi o que sonhamos e que muitos, vocacionados, verdadeiramente, tanto lutam para melhorar e (re)construir. 

Fernando Credidio. Presidente-executivo do Instituto Parceiros da Vida de Com. & Resp. Social Empresarial, coordena a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Cidadania Corporativa na Faculdade Cásper Líbero e Universidade da Flórida, e o curso Management in Social Responsibility.



Programa para gerar renda

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil, coligada ao Banco do Brasil, adotou a estratégia do marketing da responsabilidade e apresenta a iniciativa Aliança com Artesanato, cuja meta é o incentivo à atividade artesã de comunidades carentes e à geração de renda. Com essa ação, a seguradora beneficia diversos grupos em todo o país. Para a escolha das comunidades patrocinadas, a Aliança do Brasil utilizou alguns critérios como priorizar aquelas que tenham o artesanato como base de sustento, capacidade de organização, compromisso dos grupos de artesãos, utilização consciente das matérias-primas e qualidade do trabalho manual.

Voluntariado empresarial

A demanda do público interno foi a base da estruturação do voluntariado na Algar, grupo empresarial brasileiro com sede em Uberlândia/MG, que atua, principalmente, nas áreas de telecomunicação, agronegócio e entretenimento. Lançado em abril de 2003, o Programa de Voluntariado da Algar foi criado para atender às demandas sociais de seus associados (como são chamados os colaboradores da empresa), de forma independente e complementar aos projetos sociais já desenvolvidos pelo grupo. Essa vontade, que era demonstrada por iniciativas pontuais de algumas empresas, foi confirmada por uma pesquisa realizada em 2002. De acordo com o levantamento feito pelo Instituto Algar de Responsabilidade Social – braço social do grupo, em funcionamento desde janeiro de 2002 –, 29,41% de todos os colaboradores da corporação já faziam algum trabalho voluntário, 40% deles na área de educação. Além disso, 94,12% expressaram interesse em participar de atividade voluntária, preferencialmente, em educação (48,39%) e, especialmente, com crianças (46,15%).

McDia Feliz

O Instituto Ronald McDonald arrecadou R\$ 6,2 milhões durante o McDias Feliz 2004, realizado em 13 de novembro do ano passado. No dia, todo o valor referente à venda do sanduíche Big Mac, exceto impostos, foi doado ao Instituto, que encaminha os recursos para organizações que trabalham com crianças e adolescentes portadores de câncer. Nessa última edição, foram beneficiadas 66 organizações do Terceiro Setor, localizadas em 63 cidades de 21 estados e no Distrito Federal. São hospitais, ambulatórios, casas e grupos de apoio que terão recursos para construção, ampliação e reformas, compra de equipamentos e medicamentos.

Boa Corrente

Em 2004, a fundação da Embraer investiu R\$ 552 mil em programas de trabalho voluntário de seus colaboradores. Agora, a organização procura empresas do interior paulista para ampliar o alcance do projeto.

Como estabelecer vínculos saudáveis e duradouros com investidores

Enxergar a entidade com uma empresa é o primeiro passo para prosperar quando o assunto é mobilização de recursos

ANDREA GOLDSCHMIDT
andrea@apoenasocial.com.br

O sistema de arrecadação de fundos para uma ONG deve, sem dúvida, ser entendido como uma relação comercial entre o doador e o receptor dos recursos. O ato da doação representa nada mais que uma pessoa, empresa, fundação ou órgão do governo transferir recursos para uma organização social, em troca da prestação de serviço para certa comunidade ou causa que o doador julgue relevante.

Mesmo ao considerar que o investidor não é o beneficiário direto da entidade, a doação de recursos garante a execução dos serviços a terceiros e, dessa forma, representa uma transação de compra e venda. Da mesma maneira que uma empresa depende da venda de seus produtos para se manter ativa, uma organização social depende das doações de investidores e parceiros. São as doações que formam sua receita e viabilizam a execução das atividades.

Em um mercado cada vez mais competitivo, o maior desafio para empresas e ONGs é a manutenção da receita. O que as instituições estão percebendo é que manter os “clientes” atuais pode ser até seis vezes mais barato que buscar novos parceiros. Por conta disso, têm investido no estreitamento da relação comercial com os mesmos. Segundo essa linha de raciocínio, criar vínculos fortes, saudáveis e duradouros é uma forma de mantê-los felizes e fiéis. Quem tem clientes fiéis, não precisa

investir tanto na busca de novos parceiros para substituir os perdidos.

Na captação de recursos não é diferente. Investir em atividades que ajudem a criar vínculos com os investidores e doadores é uma ótima maneira de mantê-los ao seu lado e garantir o fluxo contínuo de doações.

Criar vínculos, como se faz isso?

O processo de criação de vínculo com doadores é certamente lento. As pessoas precisam ser conquistadas, elas carecem de informações que reforcem a decisão de serem parceiras de uma ONG, em detrimento de tantas outras que as abordam em busca de recursos.

O primeiro passo é saber quem são seus doadores. A montagem de um banco de dados com informações sobre eles é uma tarefa simples, mas que requer investimento constante. Dados cadastrais tendem a se desatualizar e, por isso, é necessário recarregar sempre os registros.

É preciso saber também o que eles esperam da organização auxiliada. Essa tende a ser uma informação difícil de se obter. Talvez, nem o doador saiba muito bem o que ele espera como retorno de sua doação.

Normalmente, os doadores recebem informações gerais sobre a aplicação dos recursos e o andamento dos projetos. Mas será que é o suficiente? Uma estratégia interessante é colocar-se no lugar do doador e pensar o que você gostaria de receber em troca de sua doação.



Uma estratégia interessante é colocar-se no lugar do doador e pensar o que você gostaria de receber em troca da sua doação

E como transmitir as informações? Envio de cartas, e-mails e fotos é a forma mais usual. O uso da mídia também é interessante. O doador sente-se parte de algo maior se ouvir falar da organização que apóia em um veículo de comunicação de boa credibilidade.

Além disso, ações de reconhecimento público são muito úteis no sentido de criar um vínculo entre o doador e a organização. Nesse caso, também são necessários alguns cuidados, sobretudo no que diz respeito à maneira de dar o reconhecimento para parceiros de portes diferentes. Idealmente, todos os parceiros devem ser reconhecidos, mas os que doam valores maiores, ou que têm uma periodicidade mais regular, precisam receber destaque especial.

O reconhecimento público tem como ser feito por meio da menção da parceria no site da empresa e em outros materiais como folhetos, relatórios de atividades e catálogos; com a colocação de uma placa ou faixa na entrada da entidade; e até mesmo por meio da organização de um evento. Tudo vai depender dos recursos disponíveis e do investimento que a instituição pretende fazer.

Plano de comunicação

Se a comunicação precisa ser permanente, a fim de criar vínculo, vale a pena montar um plano anual de comunicação com parceiros. O plano irá identificar pontos como:

Quais os públicos de interesse?

É muito comum as organizações manterem vínculo com vários públicos distintos – empresas, pessoas físicas, fundações e órgãos do governo etc. – e é provável que cada um deles tenha interesses e expectativas diferentes. Assim, deve-se desenvolver um plano de comunicação específico para cada um.

O que é comunicado a cada um desses públicos?

Para obter essa resposta, é preciso analisar os temas de mais interesse para cada público e qual a quantidade de informações que esperam receber.

Com que periodicidade devem ser enviadas as informações?

De maneira geral, quanto maior a periodicidade das informações, maior o potencial de geração de vínculo. No entanto, é necessário levar em consideração que o gasto com ações de relacionamento deve ser proporcional ao valor doado por cada parceiro. Também é preciso ponderar o efeito moral do envio de informações: se forem enviadas muito esporadicamente, podem ser insuficientes para criar o vínculo; mas o envio recorrente pode levar o doador a achar que os recursos doados estão sendo mal gastos, pois há investimento demasiado em ações de relacionamento.

Quais os veículos de comunicação utilizados?

Carta, telefonema, e-mail, mídia etc. Para cada caso é preciso analisar qual o veículo mais eficiente e de menor custo. O uso de veículos de comunicação mais econômicos, como e-mail, por exemplo, permite o aumento da periodicidade de envio de informações.

Apesar de parecer óbvio, deve-se pensar em ações que garantam a proximidade do doador com a organização. Atualmente, o que se vê no mercado são instituições tão focadas em suas ações que acabam negligenciando o importante trabalho de criação de relacionamento com os investidores. E pior, só se dão conta disso quando o parceiro suspende as doações.

Quando isso acontece, a organização precisa começar a prospectar novos doadores, atividade que gasta ainda mais tempo e recursos do que se investir na criação de vínculo com os atuais doadores. Dedicar-se a colocar em prática tais ferramentas de gestão da informação compensará mais que recomençar do zero. Isso a experiência garante. 

Andrea Goldschmidt. Administradora de empresas com especialização em Marketing, atuou como captadora de recursos durante muitos anos e, atualmente, é consultora na Apona Empreendimentos Sociais.

Filantropia? Na hora de escolher os auditores você não pode ter dúvidas.

A TSA presta serviços de auditoria independente, especializados em auditoria de entidades filantrópicas.

Somos uma empresa
de Auditoria especializada
no segmento de

“Entidades Filantrópicas”.

Sob a responsabilidade técnica
dos contadores

**Nilton Antonio Tiellet Borges e
Ivan Roberto dos Santos Pinto** -

ambos com registro na CVM

orgulhamo-nos de ter conquistado
credibilidade e eficiência. Com uma
equipe de profissionais competentes

neste segmento, a TSA está
preparada para proporcionar à sua
Entidade a tranquilidade de ter
realizado um ótimo investimento.



TSA AUDITORES ASSOCIADOS

Av. Nova York, 10/508

Porto Alegre/RS - CEP 90550-070

Fone/Fax: (51) 3325.2080

E-mail: tsa@tsa.com.br

Recurso público e os reflexos tributários ao Terceiro Setor

MARCOS BIASIOLI
marcos@mbiasoli.com.br

É público e notório que as entidades sociais do Terceiro Setor concluíram, após séculos de existência, que o mero altruísmo não é suficiente para manter a causa da promoção humana. É cediço, então, que passaram a profissionalizar sua atuação, a fim de capacitar a gestão da missão, arregimentar fortes parceiros e tonificar as alianças de sustentabilidade.

No diapasão da velha teoria que “dois pobres não se sustentam”, a profissionalização, em especial da área de mobilização de recursos, tem ocupado cada vez mais o pólo de vedete das instituições sociais. A volúpia do “salve-se quem puder” tem levado à miopia muitas gestões de entidades, que em regra não percebem a via sinuosa em que estão adentrando na saga por recursos em prol da missão social.

Podem-se destacar exemplos pontuais, como: emprego na obra social de recursos espúrios (tráfico de drogas, roubo, furto, extorsão, comércio ilegal de mercadorias apreendidas etc.); co-participação na compra de votos eleitorais por meio da instituição, mediante o fetiche da contrapartida futura do político; empréstimo da imunidade tributária para fins genuinamente econômicos; assumir a responsabilidade do emprego do recurso público.

Dentre esses vários exemplos, o mais preocupante, por ser habitual, é o último item, tendo em vista que a responsabilidade do fiel depositário do dinheiro público é muito delicada e perigosa.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

A municipalidade, a exemplo do Estado e da União, por determinação constitucional e legal, está compelida a anualmente orçar suas receitas e despesas. O resultado é a prolação das famosas LDOs, ou seja, Lei de Diretrizes Orçamentárias, e pior, a organização está obrigada a atendê-las sob pena do representante do executivo responder os ônus contidos na lei de responsabilidade fiscal.

Consta nas LDOs orçamento para o social e, muita vez, o executivo, até mesmo por comando da lei, o emprega por meio das entidades do Terceiro Setor via convênios, subvenção, auxílio, contrato e outras formas.

A instituição social que contém em seu âmago a complementação das ações estatais

recebe com sede os recursos públicos – que na maioria das vezes são parques – e, em ato contínuo, os empregam na obra social. O ingresso do recurso público no caixa da instituição reflete, imediatamente, na base de cálculo das aferições tributárias.

Destacam-se aquelas de maior impacto:

Cofins

A MP 2.158-35/01 confere que a isenção da Cofins alcança apenas as instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, que preencham os requisitos do art. 55, da lei 8.212/91, que contém, entre outros, a obrigatoriedade de possuir o certificado Ceas, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Quanto à base de cálculo, a Secretaria da Receita Federal, por intermédio da Instrução Normativa 247¹, entende que estão abrangidas pela isenção somente as receitas derivadas de atividades próprias da entidade, como as decorrentes de “contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contra-prestacional direto, destinadas ao custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais” (art. 47, parágrafo 2º).

E mais, entende a SRF, em especial na referida IN 247, que as receitas financeiras e as receitas oriundas de programas de geração de renda (como prestação de serviços e venda de produtos) não estão abrangidas pela benesse, e são, portanto, tributáveis.²

A conclusão é que os recursos públicos compõem a base de cálculo da receita para fins do recolhimento da Cofins. A entidade do Terceiro Setor que não estiver entre as imunes, e não preencher os requisitos da lei destacada acima, terá de devolver aos cofres públicos parte do recurso recebido via partilha do orçamento.

PIS

A lei 10.637/02 instituiu um sistema duplo de tributação em relação às entidades do Terceiro Setor, quanto ao PIS, de acordo com sua classificação. Determina que as entidades com finalidades educacionais e de assistência social continuam regidas pela MP

O ingresso do recurso público no caixa da instituição reflete, imediatamente, na base de cálculo das aferições tributárias



2.158-35, antiga MP 1.212/95, que determina o pagamento do PIS no índice de 1% sobre a folha de pagamento, desde que cumpram os requisitos da lei 8.212/91.

Já as entidades que não se enquadram nessa classificação estão sujeitas ao pagamento do PIS, desde 1º de dezembro de 2002, sobre seu faturamento mensal. É necessário fazer a ressalva de que a base de cálculo da referida exação abrange o total das receitas auferidas pelo contribuinte. Uma vez que a lei não faz qualquer exclusão específica, integram a base de cálculo os valores decorrentes de doações, aplicações financeiras, aluguéis, prestação de serviços, venda de mercadorias e, obviamente, os recursos públicos, ainda que seu resultado seja revertido integralmente para os fins sociais da entidade.

Cota Patronal

A lei 8.212/91 e o decreto 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social) determinam respectivamente em seus artigos 55 e 206 as condições para que as entidades de "direito privado beneficente de assistência social" usufruam o benefício da isenção. Entre os requisitos, estão a declaração de utilidade pública federal e o Ceas, exarado pelo CNAS.

Ocorre que, em geral, as prefeituras dos municípios contraem convênios com as entidades sociais, a fim de atender os anseios sociais da sociedade carente local. Nessa relação, repassam verbas para os fins do convênio, obrigando-as a contratar mão-de-obra específica, tais como médicos, enfermeiras, assistentes sociais etc. E por ser, em regra, imune, a instituição não promove o recolhimento da cota patronal de tais contratados.

O recurso público, apesar de entrar na base de cálculo para os tributos já assinalados, não compõe a base de cálculo da receita para fins de cálculo da gratuidade³, o que em tese passa a ser um grande atrativo para as entidades sociais.

Todavia, as entidades desavisadas esquecem que não obstante o recurso público não adentrar na base de cálculo para fins de gratuidade, as contribuições usufruídas, ou seja, aquilo que se deixa de recolher aos cofres públicos, nunca poderá ser inferior ao valor aplicado em ações sociais gratuitas.⁴

Como o recurso público não agrega a base de cálculo da receita para apuração das gratuidades, ele por consequência não pode justificar as ações sociais gratuitas, visto que o conceito que defendemos de gratuidade é o sacrifício econômico da instituição, ou melhor,

o que reflete na diminuição de seu ativo, e não a prestação de serviços com dinheiro alheio.

Nesse caso, a sugestão é que, antes de saciar os anseios com a recepção de recursos públicos, a instituição deve se debruçar na aritmética para identificar se o não pagamento da cota patronal é superior ou igual a 20% das ações sociais gratuitas praticadas – sem considerar aquelas promovidas com o dinheiro público, pois, do contrário, terá que majorar o sacrifício econômico da instituição para suprir a defasagem com as contribuições usufruídas, sob pena de rigorosa autuação fiscal.

Recomenda-se também que a meta das entidades sociais seja sempre de interesse público, mas que redobrem o cuidado no momento da mobilização de recursos, em especial os públicos, para não transformar a aparente auto-sustentabilidade em um presente de grego. 

Marcos Biasoli. Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, professor do curso de Gestão do Terceiro Setor da Universidade Federal do Espírito Santo e editor da Revista Filantropia.

¹ PARCIALMENTE ALTERADA PELAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS 358 E 464.

² ENTENDEMOS QUE QUANDO A INSTITUIÇÃO FOR IMUNE, A REGRA DA LIN 247/SRF NÃO É APLICÁVEL PELAS RAZÕES DO ACÓRDÃO DO PLENO DO STF, RE 210.251.

³ VIDE DECRETO 2.536/98, ART. 3º, INCISO VI.

⁴ VIDE DECRETO 2.536/98, ART. 3º, INCISO VI – IN FINE.

Pós-Graduação

Lato Sensu

MBA em Gestão de Organizações do Terceiro Setor

- Gestão
- Planejamento
- Elaboração de projetos
- Captação de recursos

INSCRIÇÕES ABERTAS
Aulas quinzenais aos sábados
0800-771-3200

www.unilins.edu.br



Programa de
Educação
Continuada



CONTABILIDADE

Atenção à legislação para igrejas e templos religiosos

Instituições religiosas devem conhecer leis e decretos que dispõem sobre elas para garantir seu direito constitucional

SERGIO ROBERTO MONELLO
atendimento@sergiomonello.com.br



Pessoas jurídicas constituídas por religiosos, mesmo aquelas reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social e declaradas como de utilidade pública, deveriam transformar-se de associações em organizações religiosas

Hoje mais que nunca torna-se necessário que as igrejas e templos de qualquer culto estejam juridicamente organizadas segundo as normas civis e religiosas próprias. É fundamental possuir personalidade jurídica compatível com as exigências legais e elaborar um estatuto social, no qual seu caráter e finalidades fiquem expressos de forma clara e precisa.

Não há no direito brasileiro desde a República – em que o Estado e a Igreja Católica deixaram de ter relações jurídicas especiais em face de ser o catolicismo religião oficial – qualquer preconceito ou distinção entre os diversos cultos.¹ Para tanto, líderes de igrejas e templos devem conhecer o decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que dispõe:

- Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, decreta:

Art. 1º: É proibido à autoridade federal, assim como aos estados federados, expedir leis, regulamentos ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2º: A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo sua fé e não serem contrariados nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º: A liberdade aqui instituída abrange não só indivíduos nos atos individuais,

como também igrejas, associações e institutos que se acharem agremiados, cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo seu credo e disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4º: Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5º: A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica para adquirir bens e os administrar sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais, bem como de seus edifícios de culto.

Art. 6º: O governo federal continua a prover sustentação dos atuais serventuários do culto católico e subvencionará por um ano as cadeiras dos seminários, ficando livre a cada estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenções do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º: Revogam-se as disposições em contrário.

Por tal decreto, ainda em vigor, é reconhecida a personalidade jurídica das igrejas e confissões religiosas.

Mudança proposta

Outro termo que deve ser conhecido pelos dirigentes de instituições religiosas é a lei 10.825, de 22 de dezembro de 2003, que declara livre a criação, organização, estruturação interna e o funcionamento das mesmas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários a seu funcionamento. Logo, a liberdade religiosa é ampla, respeitados os princípios constitucionais.

Portanto, a lei 10.825/03 revigorou o decreto 119-A. E a partir desse pensamento, as pessoas jurídicas constituídas por religiosos, mesmo aquelas reconhecidas como entidades



beneficentes de assistência social e declaradas como de utilidade pública, deveriam transformar-se de associações em organizações religiosas.

Entretanto, antes da mudança, as entidades precisam consultar o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sobre a garantia da permanência do registro e certificado de entidade beneficente de assistência social (Ceas), e o Ministério da Justiça, as Secretarias da Justiça do Estado e Municipal dos Negócios Jurídicos, em relação à manutenção do ato declaratório de utilidade pública federal, estadual ou distrital, e municipal.

Não há qualquer impedimento legal à transformação de associação civil em organização religiosa, que objetivaria melhor adequação às normas religiosas que servem de diretrizes básicas e fundamentais à própria existência da entidade religiosa.

Imunidade tributária

Outro ponto importante a ser analisado de forma sucinta é o gozo da imunidade tributária pelas igrejas e templos. Para Vittorio Cassone, citado pelo Dr. Ives Gandra Martins, “a imunidade procura resguardar da tributação os templos de qualquer culto, e deve ser conjugada com o art. 5º, inciso VI, que garante a inviolabilidade e

liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias”².

A imunidade tributária não atinge apenas o local do culto, como templo, igreja, capela, sinagoga e mesquita, mas todas as atividades correlatas às atividades eclesiais e pastorais, desde que ao atendimento de suas finalidades institucionais.

Para melhor se compreender o alcance da imunidade, cita-se a decisão nº 39 da Secretaria da Receita Federal, publicada no Diário Oficial em 29 de outubro de 1998, que esclarece: as igrejas podem remunerar seus dirigentes e religiosos, bem como enviar ajuda a missionários em serviço no exterior, sem perder a condição de entidade imune. Não há impedimento de remuneração porque a imunidade não depende de atendimento aos requisitos de lei.³

O Governo do Estado do Paraná, pela lei 14.586, de 22 de dezembro de 2004, proibiu a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados ou privatizados de água, luz, telefone e gás de igrejas e templos, desde que o imóvel esteja comprovadamente na propriedade ou posse dos mesmos e seja usado para a prática religiosa.

Conclusão

- Em consonância com o decreto 119-A e com a lei 10.825/03, o ideal é que as entidades beneficentes de assistência social, constituídas e formadas por associados religiosos, tenham sua personalidade jurídica tipificada como organização religiosa, observando as sugestões mencionadas.
- As pessoas jurídicas de igrejas e templos de qualquer natureza não devem abrir mão de seu direito à imunidade tributária, previsto no art. 150 inciso, inciso VI, alínea b da Constituição Federal. Em outras palavras, sempre que houver qualquer cobrança indevida realizada pelo poder público, os dirigentes de tais instituições devem utilizar os remédios legais que lhes assegurem um direito constitucional. 

¹BASTOS, CELSO RIBEIRO E MARTINS, IVES GANDRA. COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO DO BRASIL – 6º VOLUME, TOMO I. ART. 145 A 156, P.178

² SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL NA NOVA CONSTITUIÇÃO, P.45. EDITORA ATLAS/1989

³ HIGUCHI, HIROMI E HIGUCHI, CELSO HIROYUKI. IMPOSTO DE RENDA DAS EMPRESAS – INTERPRETAÇÃO E PRÁTICA. EDITORA ATLAS. 28ª EDIÇÃO/2003

Sergio Roberto Monello. Professor, advogado e contabilista. Sócio diretor do Escritório Contábil Dom Bosco.

AUDITUS

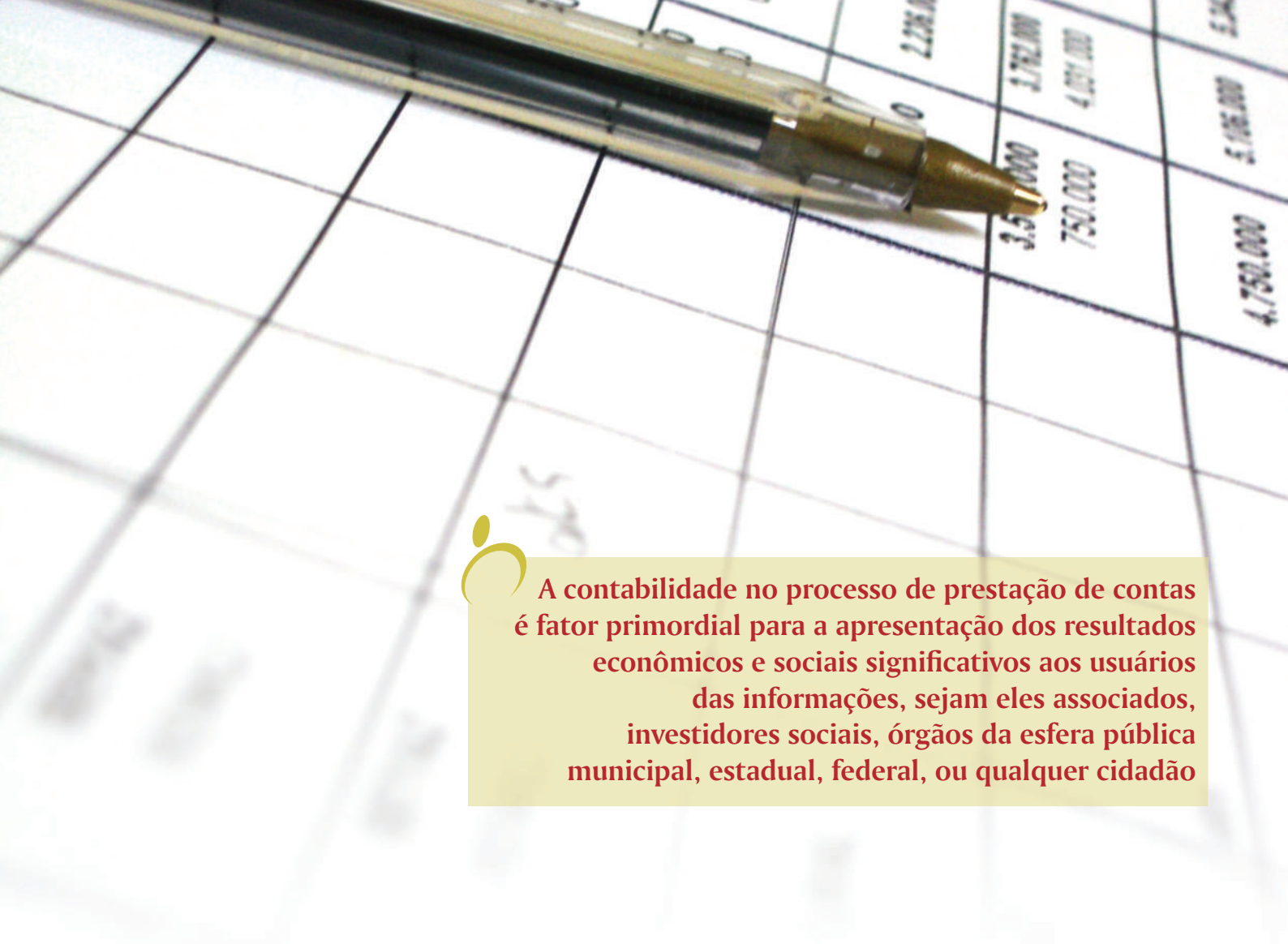
NENHUM VENTO É BOM QUANDO NÃO SE SABE PARA AONDE VAI!

POR ISSO, SUA
ENTIDADE PODE
TER MUITO MAIS
QUE UMA
AUDITORIA...

A AUDITUS É UMA
EMPRESA COM
LARGA EXPERIÊNCIA
NO ATENDIMENTO
ÀS ENTIDADES
FILANTRÓPICAS
(CEAS) EM
TODO O BRASIL

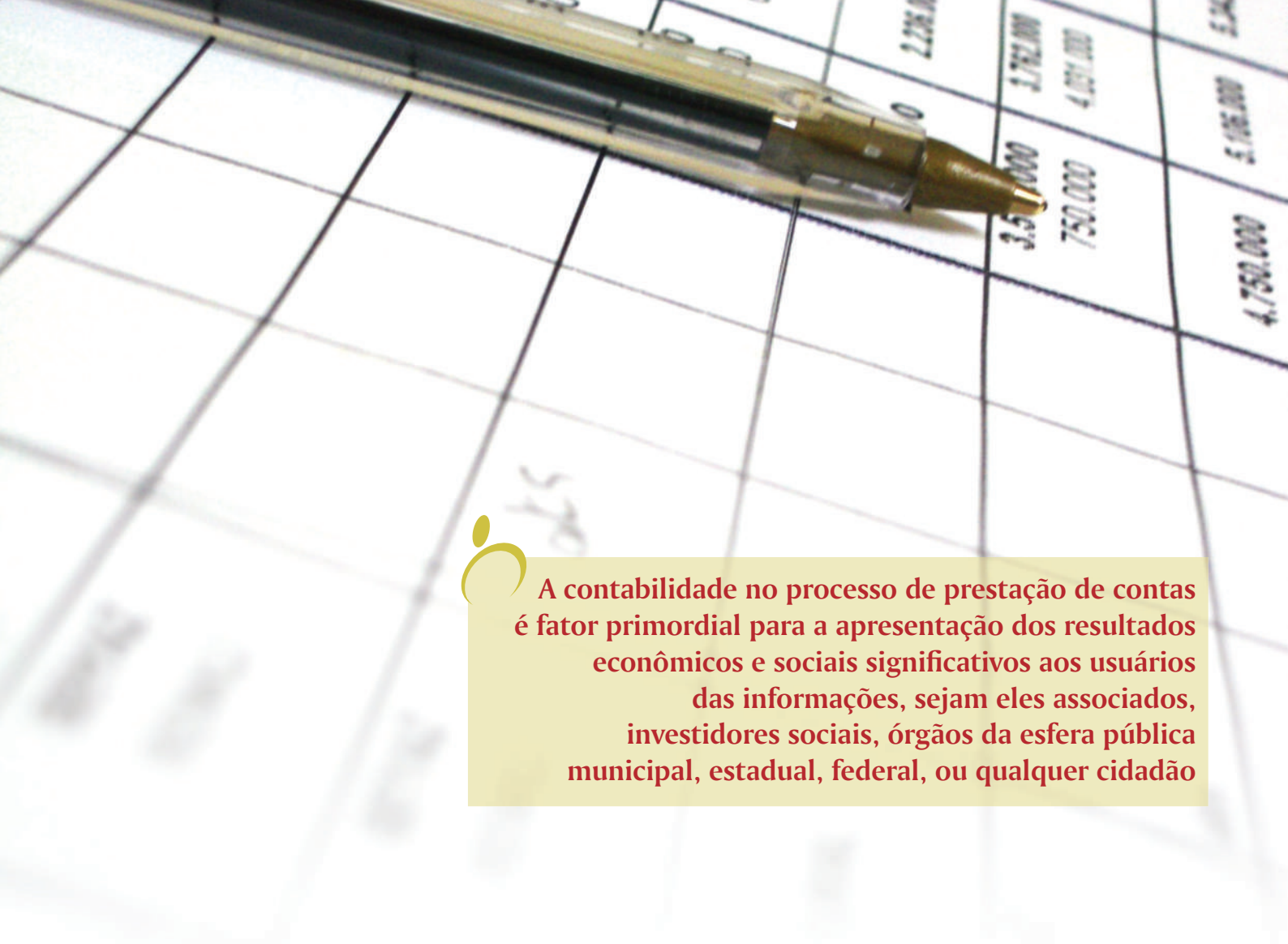
(11) 3661-9933

WWW.AUDITUS.COM.BR



A contabilidade no processo de prestação de contas é fator primordial para a apresentação dos resultados econômicos e sociais significativos aos usuários das informações, sejam eles associados, investidores sociais, órgãos da esfera pública municipal, estadual, federal, ou qualquer cidadão

Prestação de contas: um processo necessário



A contabilidade no processo de prestação de contas é fator primordial para a apresentação dos resultados econômicos e sociais significativos aos usuários das informações, sejam eles associados, investidores sociais, órgãos da esfera pública municipal, estadual, federal, ou qualquer cidadão

Prestação de contas: um processo necessário

Toda entidade do Terceiro Setor, consciente de suas responsabilidades, deve prestar contas das atividades desempenhadas ao longo do ano a seus associados, investidores sociais, parceiros públicos e à comunidade. A prestação de contas deve ser discutida e avaliada pelo órgão deliberativo máximo da instituição, como a Assembléia Geral, no caso das associações, o Conselho Curador, nas fundações, e demais conselhos integrantes do estatuto social.

Por serem organizações de interesse público e social, cabe às entidades a prática de transparência absoluta, disponibilizando aos membros e à sociedade todas as informações necessárias para apreciação e julgamento do investimento aplicado, assim como resultados obtidos, atividades desempenhadas e projetos implementados ao longo do ano, de acordo com a finalidade para a qual foi instituída.

“Essa transparência é de fundamental importância para que as instituições tenham, de fato, reconhecimento e possam gozar dos benefícios fiscais”, lembra Gildo Freire de Araújo, do Conselho Regional de Contabilidade (CRC/SP).

Da mesma forma, as organizações de interesse social devem apresentar aos órgãos municipais, estaduais e federais o relatório dos serviços prestados à coletividade e dos re-

ursos recebidos de entes públicos, tais como auxílios e subvenções, e suas aplicações em atividades realizadas durante o ano anterior, explicitando características específicas a que foram contratadas.

“A contabilidade no processo de prestação de contas é fator primordial para a apresentação dos resultados econômicos e sociais significativos aos usuários das informações, sejam eles associados, investidores sociais, órgãos da esfera pública municipal, estadual, federal, ou qualquer cidadão”, afirma Marcelo Monello, editor da **Revista Filantropia** e conselheiro do CRC/SP.

O processo de prestação de contas pode ser dividido em duas etapas: controle interno – fundamental à correta informação na prestação de contas – e encaminhamento dos dados aos órgãos públicos. No primeiro item, de acordo com Araújo, o ponto alto é a organização. Os custos, em comparação aos recursos obtidos, devem ser muito bem aplicados e calculados, com total transparência, para demonstrar, assim, a correta utilização dos recursos.

Outro item importante para garantir transparência e credibilidade das instituições no processo de prestação de contas é a contratação de serviços de auditoria. Esse trabalho, na opinião de Monello, deve necessariamente fazer parte da administração

PÂMELA HAMER

O mês de abril é aguardado com ansiedade e preocupação

por entidades sociais, pois é o período de prestação de contas

aos órgãos deliberativos das organizações e ao poder público

de todas as instituições de interesse social e utilidade pública, independente de obrigação legal. As auditorias asseguram os controles internos, manifestam sobre a real aplicação dos recursos e a situação patrimonial, além de demonstrar profissionalismo na gestão da entidade.

O que vale ser também destacado na prestação de contas é a falta de comunicação e padronização das informações a serem relatadas entre os órgãos públicos. Exemplo disso é o que ocorre com entidades beneficentes de assistência social, que prestam contas das mesmas informações ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ao Ministério da Justiça e ao Instituto Nacional de Seguridade Social / Secretaria da Receita Previdenciária (INSS/SRP).

Hoje, as entidades estão sujeitas a inúmeras obrigações acessórias que visam a comprovação das atividades e gerenciamento de informações tributárias e de encargos sociais, como Declaração de Contribuições e Tributos Federais (DCTF), Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon), Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) e Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência (GFIP).

Muitas vezes, as informações são idênticas, mas com formas de apresentação diferenciadas a cada obrigação acessória. Com isso, os custos administrativos e possíveis equívocos tendem a aumentar, o que pode ocasionar penalidades às instituições sem boa estruturação.

Diferentes esferas

No tocante ao poder público, recomenda-se que as entidades do Terceiro Setor prestem atenção às exigências particulares dos estados e municípios em que atuam, sejam elas sede ou filial. Segundo a legislação brasileira, as instituições de interesse social têm obrigações junto a seis principais níveis da administração:

Ministério Público

Cabe a ele velar pelas fundações de direito privado, fiscalizando a prestação de contas das mesmas. Caso sejam comprovadas irregularidades ou se as instituições deixarem de desempenhar as atividades para as quais foram instituídas, o Ministério Público tem o direito de requerer sua dissolução.

As associações também podem ser fiscalizadas a qualquer momento por esse órgão, principalmente as que recebem

auxílio ou subvenção do poder público; se mantenham no todo ou em parte com contribuições periódicas de populares; ou fiquem sem efetiva administração (decreto-lei 41, de 18/11/66).

O Ministério Público pode ainda requerer a cassação do Título de Utilidade Pública Federal (art. 5º da lei federal 91, de 28/8/35); ou a perda da qualificação das entidades denominadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), especialmente nos casos de erro ou fraude (art. 7º e 8º da lei federal 9.790, de 23/3/99, e art. 4º do decreto federal 3.100, de 30/7/99).

Ministério da Justiça

As entidades que possuem o Título de Utilidade Pública Federal e as enquadradas como Oscip devem apresentar anualmente, até o dia 30 de abril, a relação dos serviços prestados à coletividade, no qual também demonstram a listagem de receitas e despesas realizadas no ano anterior.

De acordo com o Dr. José Eduardo Elias Romão, diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça, para adequar a prestação de contas a cada órgão é fundamental, antes de mais nada, entender que o Terceiro Setor não é uma extensão do Estado. “As qualificações federais visam apenas reconhecer uma realidade prévia, e não atribuir identidade às organizações que o compõem. Todavia, mesmo a qualificação de Oscip é apenas um pré-requisito para o termo de parceria, e não a garantia de repasse de verbas públicas”, ressaltando que a constituição jurídica de uma ONG não é um fim em si, e sim um meio de agir em prol de uma causa pública.

Instituto Nacional do Seguro Social / Secretaria da Receita Previdenciária (INSS/SRP)

As organizações que gozam do benefício de isenção das contribuições sociais (entidades beneficentes de assistência social), têm como obrigação apresentar, até 30 de abril de cada ano, o relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior, no qual devem ser identificados: localização da sede, nome e qualificação completa de dirigentes, estabelecimentos e obras de construção civil, com respectivos números de CNPJ ou cadastro específico do INSS.

Para essas instituições são requeridas descrições detalhadas de todos os serviços

“Cada órgão do governo que exige a prestação de contas tem uma regra própria. É preciso seguir à risca as normas e procurar as adequações requeridas, para não ter problemas”

*Gildo Freire de Araújo,
conselheiro do CRC/SP*



realizados (assistenciais, educacionais ou de saúde) no ano anterior, prestados à coletividade em respeito à Lei Orgânica da Assistência Social (lei federal 8.742/93), especialmente a crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais, além de mencionar a quantidade de atendimentos e respectivos custos.

Já as entidades sem fins lucrativos que atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS) precisam elaborar o demonstrativo dos serviços com o número de atendimentos gratuitos, junto ao SUS e a convênios. Os formulários específicos para prestação de contas com o órgão constam na instrução normativa nº 100 de 18/12/03, da Diretoria Colegiada do INSS.

Todas as demonstrações contábeis devem observar os Princípios Fundamentais da Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. Os documentos contábeis necessários, que devem ser fixados ao relatório anual de atividades, são: balanço patrimonial, demonstração do déficit ou superávit do exercício, demonstração das mutações do patrimônio social, demonstração das origens e aplicações de recursos e notas explicativas.

INTEGRAÇÃO ENTRE ENTIDADES E GOVERNO

Com três anos de experiência na área de projetos, parcerias e captação de recursos do Programa Vida Melhor (Provim), Luciana Sene afirma que o segredo do bom trabalho social está na articulação entre os três setores e a sociedade. "Precisamos, antes de tudo, ouvir o público a ser atendido, para que o empenho das entidades traga os resultados necessários à sociedade", relata.

Segundo ela, somente com o estudo da realidade é que as instituições podem agir na busca de uma "vida melhor" em conjunto com o governo, e contar com o apoio da sociedade, assim como com sua participação ativa nos projetos.

Na visão de Gildo Freire, o cenário apontado por Luciana começa a tomar forma. "Hoje, as entidades são muito mais bem vistas, têm uma aceitação melhor. Até a sociedade passou a apresentar maior preocupação em fazer trabalho social, mas, infelizmente, o alcance não é completo", ressalta.

Em contrapartida, o Provim acredita que o caminho para adquirir credibilidade, tanto para o trabalho social quanto para a entidade, está vinculado à transparência das organizações do Terceiro Setor, principalmente no que diz respeito à prestação de contas aos parceiros e esclarecimento à sociedade em geral sobre a utilização dos recursos e resultados obtidos.

"Acredito que a profissionalização do setor social é a chave mais importante para se abrir portas, além da troca de experiências entre

as entidades e a articulação destas com os setores público e privado. E o investimento na capacitação também é indispensável e deve ser visto como investimento mesmo, e não como gasto. Quando o trabalho é bem feito e dá frutos, as parcerias passam de objetivo para consequência", completa Luciana.

A partir desses conceitos, a Rede Salesiana de Ação Social, por meio do Provim, realiza nos dias 18 e 19 de abril o Primeiro Fórum Social do Vale do Paraíba. O objetivo do evento é promover a articulação entre diversos segmentos, a qualificação do Terceiro Setor e a conscientização sobre a importância da responsabilidade social ativa e de um poder público atuante. De acordo com a instituição, esse é o único caminho para a concretização de um sonho regional: "um vale melhor, uma vida melhor".

A proposta é, a partir de um evento como esse, despertar na região a necessidade de reestruturação do Terceiro Setor em busca de profissionalização e equipe especializada para desenvolver o marketing das entidades, entre outros assuntos de relevância social, por meio de palestras conferidas por especialistas da área.

Segundo Luciana, a participação das instituições e de todos os setores da sociedade é de fundamental importância para que, juntos, possam preparar as ações sociais da região e fazer o trabalho crescer cada vez mais.

Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, atendendo a organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

Entre em contato conosco para obter mais detalhes das nossas soluções, nós entendemos as suas necessidades e possuímos uma política diferenciada para um setor tão especial.



Soluções Inteligentes na Gestão de Informações
www.asplan.com.br - Tel (11) 5081.9800

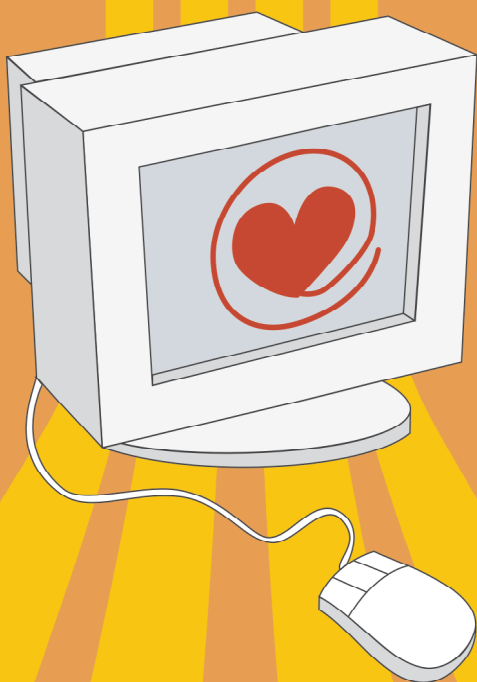
Asplan Softwares de Gestão R. Loefgreen, 1365 Vila Mariana 04040-031 São Paulo SP Brasil
Tel (11) 5081.9800 Fax (11) 5081.9804 www.asplan.com.br comercial@asplan.com.br

Organizações que utilizam Asplan:

Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bienen • Instituto HP • Fundação Diáconia

o SITE DA SUA ONG POR UM PREÇO SOCIAL

CURTO



Promoção:
www.dearo.com.br



SITE SOCIAL

Uma mãozinha para as ONGs

www.sitesocial.com.br

A nota explicativa é de suma importância, pois explicita vários detalhes das atividades da instituição, como serviços gratuitos e isenção usufruída, além da receita base de cálculo para o índice mínimo de gratuidade exigida ao atendimento do decreto 2.536/98 e resolução CNAS 177/00. Para algumas entidades, o parecer de auditoria é obrigatório, de acordo com a receita bruta anual ou por exigência do parceiro do programa social.

Doadores, parceiros e demais órgãos que interagem com as entidades do Terceiro Setor

Outros usuários das informações, aos quais as entidades estão sujeitas a elaborar e a apresentar sua prestação de contas, são os investidores sociais (parceiros e doadores), que podem exigir formas particulares de prestação de contas.

As Oscips, em especial, precisam observar informações específicas do termo de parceria, como a correta aplicação dos recursos públicos, por meio de relatório sobre a execução do objeto do termo de parceria. O documento deve conter comparativos entre as metas propostas e os resultados alcançados; receitas e despesas realizadas na execução; auditoria e extrato da execução física e financeira, cujo modelo está presente no anexo II do decreto 3.100, de 30/7/99, que precisa ainda ser publicado na imprensa oficial da área de abrangência do projeto no prazo máximo de 60 dias após o término de cada exercício financeiro. Alguns casos também dependem de auditoria contábil.

Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com Monello, o Conselho Fiscal é o suporte de orientação, acompanhamento, controle e aprimoramento da gestão econômico-financeira da entidade, e deve emitir parecer sobre os demonstrativos financeiros que serão apreciados pela Assembleia Geral.

Parecer e relatório de auditoria independente

O exame de auditoria das contas é uma exigência que tem como ser feita pelo poder público por aportadores de recursos, e pode estar previsto no estatuto da entidade. Portanto, a auditoria deve ser realizada por auditor independente, contador regularmente registrado no conselho regional de sua jurisdição, cujo parecer deve suportar as informações na prestação de contas. Já os Relatórios

de Auditoria (confidenciais à entidade) irão conter as recomendações julgadas oportunas e necessárias, especialmente em relação aos controles internos.

Dificuldades

Apesar de os termos exigidos estarem previstos na lei, muitas organizações sem fins lucrativos encontram dificuldades na hora de prestar contas ou solicitar parceria. De acordo com Luciana Sene, do setor de Desenvolvimento Institucional do Projeto Vida Melhor (Provim), localizado no Vale do Paraíba, por conta do grande trabalho social realizado pela instituição, é indispensável a existência de parcerias e convênios para que as atividades aconteçam com qualidade, principalmente no tocante aos recursos para a execução dos projetos.

Assim, as entidades do Terceiro Setor têm de seguir as normas ditadas pelo setor público e os roteiros de projeto do setor privado, a fim de receber os recursos advindos desses segmentos, sendo, muitas vezes, difícil o acesso e demorado o retorno.

Para a profissional, é necessária a fiscalização das obrigações de entidades filantrópicas, de forma a tornar a prestação de contas e a relação entre o poder público e as instituições mais claras, fáceis, ágeis e menos burocráticas.

“Ao precisarmos do aval ou do auxílio de ministérios, secretarias estaduais, municipais, entre outros, a simplificação das ações contribui muito para o nosso trabalho”, explica Luciana.

Na visão de Gildo Freire, a relação das instituições com o poder público poderia ser melhor se houvesse uma busca maior por informação. Para ele, “cada órgão do governo que exige a prestação de contas tem uma regra própria. É preciso seguir à risca as normas e procurar as adequações requeridas, para não ter problemas”, afirma ao recomendar cuidado concentrado na administração contábil.

Minimizar os erros nas declarações

Os maiores empecilhos na concessão de recursos às entidades são os erros nos informes de gastos em comparação ao montante concedido. Segundo dados da Serasa, apesar de cerca de 98% delas estarem em conformidade, a prestação de contas ainda é problemática.

Pensando nisso, a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e a Associação Nacional dos Procuradores e Promotores

de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis), com o suporte da Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, elaboraram e fornecem no livro *Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social* dicas para as instituições filantrópicas organizarem a contabilidade, facilitando a prestação de contas aos órgãos e também, porque não, à população. São elas:

- **Relatório de atividades:** a linguagem deve primar pela acessibilidade e conter pontos que demonstrem claramente ao usuário a atuação da entidade. Para tanto, devem ser mencionados, por exemplo, programas e projetos realizados, número de beneficiados, meios utilizados para atingir as finalidades, assim como valores gastos e o número de voluntários.
- **Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ):** a elaboração e entrega são obrigatórias para todas as entidades de

interesse social. Se não for observada, pode haver restrições aos benefícios conquistados pela instituição, como a suspensão da imunidade ou a perda da isenção, o que gera passivo tributário e inviabiliza a própria continuidade. Na prestação de contas devem estar todas as fichas que compõem a DIPJ e o recibo de entrega.

- **Relação Anual de Informações Sociais (Rais):** integra a prestação de contas e deve estar impressa, assim como o recibo de entrega (mesmo que provisório). No caso de a entidade não ter funcionários, deve ser entregue a Rais negativa. 

Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social

 http://www.cfc.org.br/uparq/Livro_ManualFundacoes2ed.pdf

COLABORARAM MARCELO E RICARDO MONELLO



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações

- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

**39 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor**

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes - São Paulo/SP CEP 01150-001



Mudanças na legislação para o Terceiro Setor

O governo federal e representantes de ONGs pretendem discutir nos próximos meses a criação de um novo modelo legal para o Terceiro Setor, com o apoio da sociedade. A pretensão é facilitar a reestruturação das entidades diante de mudanças ocorridas nos últimos anos e a desburocratização da relação com o governo.



Cartões do Bolsa-Família atrasados

A Caixa Econômica Federal está fazendo mutirões em todo o país para tentar entregar 330 mil cartões do programa Bolsa-Família que estão guardados nas agências do banco desde o final do ano passado. Agências estão funcionando em horários especiais e lista de beneficiários será afixada em locais públicos e divulgada por rádio. A suspensão da entrega deveu-se às eleições municipais de 2004, quando alguns candidatos à reeleição tentaram usar a distribuição para angariar votos. Na ocasião, o Ministério do Desenvolvimento Social decidiu suspender a entrega e o cadastramento de novas famílias até novembro de 2004.



CLÉLIO DAGANA



Código Tributário Nacional

Diversas disposições tributárias foram inseridas na Lei de Falências para facilitar o trabalho do Fisco na cobrança de débitos dos contribuintes – como a possibilidade de o juiz determinar a indisponibilidade dos bens do devedor que não apresentar bens à penhora. Contudo, tais medidas devem prejudicar bastante os contribuintes, inclusive as entidades do Terceiro Setor, que poderão enfrentar até mesmo a penhora de todo o seu patrimônio. Com as mudanças, caberá ao próprio contribuinte solicitar ao juiz a liberação dos valores bloqueados a mais.



Entrega da GFIP pela internet

A partir de março, a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência (GFIP) deverá ser enviada ao Ministério da Previdência Social somente pela internet, por meio de certificação digital. A medida visa agilizar o processo, eliminar algumas etapas e diminuir a possibilidade de erros. A partir de maio, novas mudanças serão feitas na GFIP, que poderá ser retificada.

www.cef.gov.br



Entidades filantrópicas livres da Cofins

Por meio de efeito suspensivo concedido pelo Tribunal Federal Regional (TRF), da 3ª Região de São Paulo, os associados ao Sindicato das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos de Ribeirão Preto e Região (Sindhosfil-RP) estão livres do pagamento da Cofins sobre as chamadas receitas não-próprias, obtidas pela operação de estacionamento, lanchonetes, bazares e aplicações financeiras. A incidência da Cofins nesses casos foi instituída pela MP 2.158-35/01, mas, segundo a ação, as entidades são imunes com base no art. 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal.



Pensão para portadores de necessidades especiais

O projeto de lei 4.613/04, do deputado Gervásio Silva, concede pensão mensal no valor de ½ salário mínimo para portadores de necessidades especiais incapazes para o trabalho, com responsáveis residentes no Brasil e renda familiar inferior a dois salários mínimos. Crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais de baixa renda de Santa Catarina já recebem, desde 1982, auxílio de ½ salário mínimo e acompanhamento médico.



STJ prioriza processos de portadores de deficiência

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio da resolução nº 2 de 25 de janeiro de 2005, determina que pessoas portadoras de deficiência tenham prioridade no julgamento de processos, desde que a causa em juízo tenha vínculo com a própria deficiência. Para requerer o direito, deve-se comprovar a condição mediante atestado médico e encaminhar o requerimento de prioridade ao Gabinete do Ministro Relator.



Certificado digital

Contribuintes que possuem o cartão de certificação digital poderão consultar a Receita Federal via internet para acompanhar a declaração de renda apresentada. A novidade, que permite, por exemplo, verificar se uma pessoa caiu na "malha fina", deve ampliar a base de certificações digitais já contratadas no país. Há atualmente no Brasil entre 30 e 40 mil cartões inteligentes, também chamados de *smart cards*.



Questionada lei que isenta templos religiosos de ICMS

O governador do Paraná, Roberto Requião, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 3.421), com pedido de liminar, contra a lei estadual 14.586/04, que prevê a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas contas de água, luz, telefone e gás de igrejas e templos de qualquer natureza. Entre outros pontos, a ação destaca que a lei infringe dispositivos dos art. 150 e 155 da Constituição Federal, que obrigam estados a realizar convênios para concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais.



EDUARDO NOTA SILVA

Fontes: **Maria Helena Gabarra Osório, Tatiana Magosso Evangelista e Carlos Eduardo Rédua Gonçalves.**
Advogadas do escritório M. Biasioli Advogados Associados S/C.

Notícias do Planalto

Lula lança o Pró-Jovem

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou no dia 1º de fevereiro o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pró-Jovem), que institui o Conselho e a Secretaria Nacional da Juventude. Por meio de convênios com as prefeituras das capitais, o Pró-Jovem oferecerá aceleração de aprendizagem (para conclusão da 8ª série), inclusão digital e qualificação profissional básica aos jovens. Cada aluno também receberá incentivo mensal de R\$ 100 (recursos da União repassados por convênio) e deverá desenvolver ações sociais na própria comunidade.

 www.planalto.gov.br

Ministro Luiz Dulci, senador José Sarney, presidente Lula e dona Marisa durante cerimônia de assinatura da MP que cria o Pró-Jovem



RICARDO STUCKERT/PAZ



1º Fórum Permanente de Juventude de São Paulo

Com o objetivo de identificar e potencializar os programas e ações do governo paulista criados para os jovens, foi lançado no dia 23 de fevereiro, no Memorial da América Latina, o primeiro Fórum Permanente de Juventude. O fórum pretende balizar os programas em desenvolvimento, além de ouvir e integrar o que o jovem tem a dizer sobre suas necessidades. Participaram do evento o governador Geraldo Alckmin e o Secretário da Juventude, Esporte e Lazer, Lars Graef, que apresentou na ocasião o Portal da Juventude.

 www.juventude.sp.gov.br

Relatório da ONU elogia Fome Zero

Relatório do Projeto do Milênio das Nações Unidas – plano de ação para ajudar os países a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – elogia o Fome Zero e afirma que o programa brasileiro é um bom exemplo de ação política e de mobilização para se tentar erradicar a fome. O estudo *Eliminar a fome: isso pode ser feito*, que cita o Fome Zero, analisa as políticas que buscam alcançar o primeiro dos oito Objetivos do Milênio: reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome no mundo.

 www.fomezero.gov.br
 www.objetivosdomilenio.org.br

Projetos familiares terão investimento maior em 2005

Os investimentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no Programa de Atenção Integral à Família (Paif) serão 44% maiores em 2005, com a expectativa de aplicação de quase R\$ 96 milhões. Com isso, o número de unidades de atenção à família, as chamadas Casas das Famílias, deve aumentar de 900 para 1.200, e o atendimento será estendido a 347 mil famílias carentes de todo o país.

Egito conhece Bolsa Família

A convite do Banco Mundial, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, apresentou no dia 19 de fevereiro o Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do governo brasileiro, às autoridades do Egito, que pretende alterar sua atual política de subsídio de alimentos. Além do Brasil, o México e o Leste Europeu também apresentaram seus programas.

Governo intensifica fiscalização do Bolsa Família

As instituições fiscalizadoras do governo federal agora atuam em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para assegurar que programas de transferência de renda cheguem efetivamente à população mais pobre. No dia 20 de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Patrus Ananias lançaram a Rede Pública de Fiscalização do Bolsa Família, que envolve todas as instituições com função de controle interno e externo do governo na fiscalização dos programas.

 www.mds.gov.br

Presidente Lula discursa durante cerimônia de entrega de cartões do programa Bolsa Família



ANA NASCIMENTO/ABR

TCU começa a fiscalizar ONGs e Oscips

A partir deste ano o Tribunal de Contas da União (TCU) passará a fiscalizar a contabilidade de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips). A decisão foi tomada porque a maioria das entidades recebe recursos financeiros do Orçamento Geral da União para realizar seus projetos e a aplicação do capital nunca foi fiscalizada. As organizações devem adotar as mesmas formas de licitação exigidas de entidades públicas federais, estaduais ou municipais na hora de contratar serviços, fornecedores ou mão-de-obra, para não burlar a lei. O TCU também passará a fiscalizar a eficiência da aplicação do dinheiro público em programas do governo e, para isto, promoverá a chamada auditoria operacional e de avaliações de programas.

 www.tcu.gov.br

Programa Renda Cidadã será ampliado para 79 mil famílias

O programa Renda Cidadã, da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, será ampliado este ano para 79 mil famílias na Região Metropolitana de São Paulo. Com o aumento, 105 mil famílias serão atendidas nos 38 municípios da região. A ampliação deve-se à extinção do Programa Cesta Básica, que passará gradativamente a verba de R\$ 22 milhões para o Renda Cidadã.

 www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br



Crianças com deficiência auditiva fora da escola

Segundo o Censo 2000, existem 406 mil jovens com deficiência auditiva em idade escolar, contudo, o último Censo Escolar (2004) mostra que 87% deles estão fora das salas de aula. A ausência da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas escolas é apontada por muitos especialistas como a principal responsável por esse afastamento. A Lei de Libras foi oficializada no Brasil em 2002, mas precisa ser regulamentada por decreto na Casa Civil.

 www.planalto.gov.br
 libras@planalto.gov.br

Segurança alimentar da Guatemala terá apoio do Brasil

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai auxiliar a Guatemala na implantação de projetos de segurança alimentar. No dia 4 de março, o ministro Patrus Ananias e o ministro da Frente Nacional Contra a Fome da Guatemala, Andrés Botrán, assinaram um termo de ajuste complementar de cooperação técnica e, a partir de junho, consultores do MDS visitarão aquele país para oferecer cursos e trocar informações com gestores locais sobre políticas de combate à fome e educação alimentar.



NARA VIEIRA DA SILVA

Governo amplia Fome Zero Indígena

Os governos federal e do Mato Grosso do Sul vão destinar mais recursos ao Fome Zero Indígena do estado. Entre as principais medidas estão a inclusão dessas comunidades no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e a ampliação do número de Centros de Recuperação do Desnutrido. As ações visam melhorar o atendimento às populações indígenas na região de Dourados, onde a comunidade Guarani-Kaiowá enfrenta problemas de deficiência nutricional.

 www.setass.ms.gov.br

Governo anuncia aumento do Fundef

O Ministério da Educação (MEC) anunciou em 2 de fevereiro o reajuste de 9,91% do valor mínimo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), superando a inflação do ano passado. O governo também determinou que estados e municípios devem investir anualmente pelo menos R\$ 620,56 por aluno de 1ª à 4ª série e R\$ 651,59 por estudante da 5ª à 8ª série. Nas zonas rurais, os valores são 2% maiores e, na educação especial, o montante chegou a R\$ 664.

O ministro interino da Educação, Fernando Haddad, em coletiva sobre o Fundef



GERVÁSIO BAPTISTA/ABR.

PROFISSIONALIZAÇÃO

Política da boa vizinhança

Fundação AlphaVille investe em comunidades carentes que vivem no entorno de seus empreendimentos imobiliários de alto padrão

FELIPE MELLO

programa@cantocidadao.com.br

A prática da boa vizinhança é uma estratégia de convivência tão antiga quanto a formação das comunidades de nossa espécie. Os seres humanos buscam construir e viver harmonicamente em sociedade há séculos. Entretanto, a regra aponta, infelizmente, para relações pouco saudáveis e, às vezes, frias e burocráticas. Obviamente exceções existem – benditas fontes de inspiração e esperança.

Desde o emocional de vizinhos, independente das classes sociais envolvidas e motivos pertinentes, até a desigualdade social – que expõe os disparates de comunidades que vivem em mundos distantes dentro de um mesmo espaço de terra –, os atritos parecem ganhar corpo continuamente e tornam ainda mais distante o objetivo, utópico para alguns, de uma convivência pacífica e justa.

As feridas sociais são cenários formados pela proximidade de favelas a prédios luxuosos como no Morumbi e em São Conrado, bairros nobres localizados nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. Até aqui nenhuma novidade, uma vez que o simples fato de olhar pela janela do carro ou transporte coletivo permite ao mais distraído cidadão comprovar esse argumento.

Então, o exercício aqui proposto é uma elucubração sobre o óbvio? Não. Definitivamente, não. O objetivo é aproveitar o espaço de forma muito mais útil, ao apresentar uma iniciativa que há quatro anos investe na transformação de relações potencialmente conflitantes em algo cada vez mais equilibrado.

Exemplo de responsabilidade social

Conhecida por criar complexos urbanísticos de alto padrão, a AlphaVille Urbanismo S.A., por meio da Fundação AlphaVille, tem como missão levar oportunidades também às comunidades existentes no entorno de seus empreendimentos. Para isso, mantém projetos de geração de renda e formação profissional, que receberam no ano passado R\$ 2 milhões em investimentos, com projeção de outros R\$ 2,5 milhões para este ano, a serem aplicados em iniciativas que têm como

pontos-chave preservação ambiental, inclusão e sustentabilidade.

A diretora da Fundação AlphaVille, Mônica Picavêa, relata o processo interessante que ocorre no momento seguinte ao lançamento de algum condomínio da empresa: “As pessoas que residem perto dos empreendimentos, em grande parcela integrantes de comunidades carentes, acabam pressionados pela nova formatação do local. A estrutura que se cria ao redor do condomínio não oferece muitas oportunidades para as pessoas que ali residem, em função da pouca qualificação. Além disso, passa a existir uma pressão imobiliária de caráter especulativo, o que também potencializa o desequilíbrio”. A chegada do condomínio, sem o devido tratamento social, é um fator potencialmente prejudicial ao dia-a-dia daqueles que vivem na região.

Essa consciência é a força motriz para que a fundação desenvolva suas atividades, ao alinhar atuação social a um conceito que já se provou vencedor em diversas localidades do mundo: investir no entorno da empresa ou da região onde os empreendimentos estão situados. Poucas incursões de responsabilidade social corporativa são mais “rentáveis” quanto aquelas que investem no fortalecimento dos laços entre as partes, por meio de uma contínua demonstração de respeito e interesse no bem-estar coletivo.

“Procuramos o desenvolvimento da comunidade pelas potencialidades existentes. Em vez de focar puramente nas deficiências, buscamos aquilo que cada uma tem de melhor. Essa abordagem customizada e construtiva vem trazendo desenvolvimento rápido para as comunidades”, informa Mônica.

Ações que dão certo

Em 2001, foi criado um centro de convivência em Colombo, no Paraná, na região metropolitana de Curitiba, próximo ao AlphaVille Graciosa. “Além de funcionar como espaço de lazer e convivência para as crianças e jovens da comunidade da favela de Vila Zumbi, que tem cerca de sete mil

“Procuramos o desenvolvimento da comunidade pelas potencialidades existentes. Em vez de focar puramente nas deficiências, buscamos aquilo que cada uma tem de melhor”

Mônica Picavêa, diretora da fundação



divulgado



moradores, o centro oferece, desde sua criação, cursos de formação profissional voltados a ofícios domésticos, jardinagem, artesanatos, e inclusão digital, como informática básica e uso da internet”, completa a diretora da fundação. Mais de mil moradores de todas as idades já participaram dos cursos, que têm de três a cinco meses de duração cada.

As conseqüências positivas da ação social no Paraná são muitas. Das 200 mulheres que participaram do curso de costura, por exemplo, 92% conseguiram colocação no mercado de trabalho, e a média de melhoria de renda foi de 150%. No caso dos 160 idosos que concluíram o curso de artesanato, 98% ficaram ligados ao centro ou conseguiram colocar seus produtos em outros espaços, com um aumento de 100% na renda. Recentemente, a Associação dos Empreendedores da Vila Zumbi, formada por cerca de 100 moradores, assumiu a administração do Centro de Convivência da Graciosa, em parceria com a Fundação AlphaVille, que continuará a dar suporte às atividades. São fatos incontestes, que reforçam a importância do mergulho das empresas em oportunidades de melhoria latentes perto de si.

Os benefícios podem ser vistos também na área ambiental. Um levantamento, ainda em Curitiba, indicou que cerca de 200 famílias da favela viviam como catadores de lixo na Vila Zumbi. A partir daí, uma cooperativa foi criada para administrar a coleta seletiva no condomínio, e a fundação mobilizou os moradores do AlphaVille Graciosa para o auxílio na compra de prensa, carrinhos e outros equipamentos necessários. Além disso, a Cooperativa dos Carrinheiros capacitou os associados com cursos de cooperativismo.

Com a adesão maciça dos moradores do residencial e com a venda do material coletado (cerca de três toneladas por semana) diretamente para empresas de reciclagem, em duas semanas os cooperados tiveram um aumento de 70% na renda. Por conta do trabalho, o rio Palmital também se livrou

dos rejeitos que antes eram depositados em suas margens pelos catadores. Hoje, eles trabalham em um galpão e os dejetos do processo de seleção do material são coletados pela prefeitura de Colombo.

Multiplicando a idéia

Os resultados da experiência em terras paranaenses motivaram outras localidades, como Barueri e Santana do Parnaíba (SP), Goiânia (GO), Cuiabá (MT) e Fortaleza (CE). O mais recente é o de Salvador (BA), lançado em fevereiro de 2005, no qual espera-se promover o senso de propriedade por parte das comunidades beneficiadas. Esse envolvimento é conquistado por meio do respeito às peculiaridades do local, evitando a introdução de projetos “enlatados”. A ação social recentemente inaugurada no Bairro da Paz, na capital baiana, reforça ainda mais o conceito: o primeiro passo foi realizar reuniões com a associação comunitária, em parceria com o Senac, para que se deixassem claras as demandas existentes. “A partir dessa etapa, formulamos cursos de qualificação para empregadas domésticas, jardinagem, artesanato e informática”, relata Mônica Picavêa. “O ciclo se fecha com a sensibilização dos moradores do condomínio que, no momento da contratação de profissionais, podem consultar nosso cadastro de pessoas que freqüentaram os cursos”, completa ela.

O desenvolvimento comunitário por meio de qualificação profissional, preservação ambiental, sustentabilidade e interação saudável entre os condomínios abastados e os moradores mais carentes do entorno tem provador ser uma estratégia positiva para a Fundação AlphaVille, assim como para aqueles que são beneficiários de suas ações, direta ou indiretamente. 

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

À esquerda, João Henrique, prefeito de Salvador, e a primeira-dama Maria Luiza, Carlos Ribeiro Soares, secretário de Desenvolvimento Social, e Nuno Lopes Alves, diretor superintendente da AlphaVille Urbanismo, na inauguração de um novo centro de convivência. Acima, Coral e Orquestra Sinfônica da Fundação AlphaVille

NÚMEROS DA FUNDAÇÃO ALPHAVILLE

Curitiba

1.000 moradores fizeram cursos

150% de aumento na renda das mulheres

200 famílias beneficiadas pela coleta seletiva



Fundação AlphaVille

 Avenida Cauaxi, 293
CEP 06454-943 – Barueri/SP
 www.fundacaoalphaville.org.br
 (11) 4197-1900 / Fax: (11) 4195-4644

AMBIENTAL

Onde há fumaça, há fogo. E muitos outros desafios

FELIPE MELLO

programa@cantocidadao.com.br

*Organização social
do Acre promove a
consciência ambiental,
proteção de recursos
naturais renováveis
e conservação da
biodiversidade*

A apresentar uma peça teatral cuja protagonista seja uma celebridade mundial não é fácil, ainda mais quando existe um sentimento de posse, admiração e preocupação coletiva pela figura central do enredo. O caso se agrava quando a temática que envolve a protagonista não é uma obra das artes cênicas, mas sim oportunidades de negócios multimilionários, e mais, é fator determinante para o bem-estar mundial, o que explica o grande interesse e comoção que causa há tempos.

Abrindo as cortinas do mistério: essa protagonista refere é a Floresta Amazônica, localizada ao norte do continente sul-americano, com aproximadamente 67% de sua área situada dentro do território brasileiro. O restante está distribuído entre Venezuela, Suriname, Guianas, Bolívia, Colômbia, Peru e Equador. Ou seja, a maioria considerável desse universo está em *terra brasilis*, o que reforça ainda mais a importância do trabalho da organização a ser apresentada.

Não é segredo que a floresta reúne uma sorte incomparável e incomensurável de riquezas, atraindo interesses diversos desde a colonização do Brasil. A pilhagem vem acontecendo de acordo com a disponibilidade dos recursos naturais e da necessidade econômica em cada etapa do processo. A intensificação da exploração ganhou fôlego a partir da década de 70, com maior ocupação e extração mineral e vegetal.

Atualmente, os principais processos de degradação envolvem desmatamentos para agropecuária, extração de madeira e ocupação. A indústria de mineração também explora a floresta em busca de ferro, cassiterita, bauxita, ouro, entre outros elementos. E quem pensa que a degradação pára por aí, está enganado. As queimadas transformam espaços gigantescos em cinzas para formação de pastagens, abertura de estradas, e outras finalidades. Enfim, dissertar sobre os ataques à integridade da Floresta Amazônica é prato cheio para quem gosta de escrever títulos com milhares de páginas, dada a truculência, variedade e volume de incursões sinistras e inconseqüentes.

A opção escolhida aqui, no entanto, é a apresentação de uma iniciativa que há quase 17 anos busca minimizar o trator da irresponsabilidade. Trata-se da Associação SOS Amazônia, fundada em setembro de 1988 com o objetivo de denunciar as agressões, além de apoiar o movimento de resistência dos seringueiros aos desmatamentos no Acre e colaborar com a formação de uma opinião pública que valorize a conservação ambiental.

O início e a projeção de trabalho

A assembléia de criação da organização contou com a participação de professores da Universidade Federal do Acre, servidores públicos e líderes do movimento social, dentre eles o ecologista Chico Mendes. A partir de 1991, tendo a Educação Ambiental para o tratamento de resíduos sólidos como principal linha de trabalho, a associação passou a atuar na área urbana de Rio Branco, capital do Acre. Envolveu-se indiretamente na gestão de áreas florestais a partir de 1989 e, em 1995, de maneira direta, voltou-se para o planejamento e gestão de Unidades de Conservação. "De forma ampla, a missão de nossa organização é promover na sociedade o crescimento da consciência ambiental, a proteção dos recursos naturais renováveis e a conservação da biodiversidade, para garantir vida saudável às atuais e futuras gerações", afirma Kelly Gouveia, secretária administrativa da SOS Amazônia. Tal consciência é urgente, pois pesquisas indicam que em menos de 30 anos uma área maior que a França foi destruída na Amazônia.

O trabalho de maior destaque da associação foi a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Divisor, área de conservação que abrange cinco municípios acreanos: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter. O tamanho do parque impressiona, pois seus 843 mil hectares representam, aproximadamente, 1,4 milhão campos de futebol de tamanho oficial. "Esse plano serviu de base para a elaboração do Zoneamento Ecológico e Econômico do estado e para o Planejamento para a Conservação de Sítios, que definiu prioridades para a conservação da biodiversidade nessa parte da Amazônia",



Maria Aparecida Lopes, especialista em primatas, e o monitoramento de primatas realizado no Parque Nacional da Serra do Divisor

SOS Amazônia recebeu em 2004 o Prêmio Bem Eficiente, concedido às 50 entidades beneficentes mais bem administradas do país.

Maria Lúcia Alckmin (primeira-dama do estado de São Paulo) e Miguel Scarcello (secretário geral da SOS Amazônia)



DIVULGAÇÃO

Projeto de educação ambiental formal desenvolvido junto à rede pública de educação no município de Cruzeiro do Sul, Acre.

Francisca Rufino (multiplicadora do projeto de educação ambiental) e alunos da escola Escola Rita de Cássia

informa Kelly. O Plano de Manejo, concluído em setembro de 1988, foi elaborado em parceria com a ONG The Nature Conservancy e com apoio da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). “O documento é formado por seis encartes, com aproximadamente 700 páginas no total, e algumas informações podem ser encontradas no site da organização”, completa ela.

Capacidade técnica e captação de recursos

Obviamente, o exercício desse tipo de atividade requer alta capacidade técnica ligada à causa abordada pela organização, fator cada vez mais necessário para o sucesso e sustentabilidade do Terceiro Setor. Está claro que as entidades sociais desprovidas de profissionalismo terão os desafios ainda maiores, uma vez que empresas, governos e a própria sociedade civil passam a cobrar resultados práticos, além de boa vontade e intenções. A SOS Amazônia vem se valendo do conhecimento técnico de seus colaboradores para ganhar o respeito da opinião pública, assim como o investimento contínuo em gestão administrativa e financeira transparentes e uma rede de parcerias que complementa e dá suporte às iniciativas.

A entidade é referência quando se fala de captação de recursos junto a organismos internacionais. Seus projetos contam com o apoio de diversas instituições, como Usaid, WWF Brasil, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Margot Mash Biodiversity Founda-

tion, The Nature Conservancy, Embaixada dos Países Baixos, entre outras. A associação também mantém parcerias técnicas com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), governo do estado do Acre e com as prefeituras de Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Mesmo com as conquistas na difícil arte de levantar recursos, Kelly Gouveia afirma que “os maiores desafios estão no campo da captação, pois não conseguimos ainda constituir um fundo institucional com doações particulares de empresas e indivíduos. Nossos recursos são em sua maior parte provenientes de projetos, com rubricas rígidas e específicas. A maioria dos doadores tem resistência ou limitação aos custos de manutenção das sedes e isso dificulta a tranquilidade no sentido de conservar as equipes e gastos administrativos que os projetos demandam”. Ela aproveita para reforçar o coro daqueles que acreditam que a falta de diferenciação de carga tributária para o Terceiro Setor – os encargos trabalhistas são os mesmos de empresas com fins lucrativos – dificulta a aprovação de custos salariais por parte dos doadores estrangeiros, já que onera muito o valor do projeto.

Semente de esperança

A relevância das ações que a SOS Amazônia desenvolveu ao longo de sua existência tem propiciado o apoio e reconhecimento público de diversas instituições nacionais e internacionais. O esforço de fortalecimento da gestão institucional foi coroado com o Prêmio Bem Eficiente

de 2004, concedido pela Kanitz e Associados. Firmar as bases sobre solo cada vez mais firme é fundamental para que a associação cumpra continuamente seu papel, desafiando grupos e movimentos totalmente focados no curto prazo. Dessa forma, inclusive, valorizam-se as vidas dedicadas à conscientização e proteção ambiental, assim como justiça social.

Esta matéria, manifestação de apoio àqueles que defendem os verdadeiros e nobres interesses da Floresta Amazônica, é uma homenagem a Chico Mendes e à Irmã Dorothy, religiosa assassinada recentemente aos 74 anos, possivelmente em função de sua luta pela distribuição de terras no Pará. Seu corpo foi sepultado às margens do rio Anapu, em uma área cercada de árvores frutíferas do sítio São Rafael, onde ela desenvolvia um projeto de educação ambiental e de reprodução de mudas de espécies nativas da Amazônia. Durante a cerimônia, o bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Krautler, disse, emocionado: “Irmã Dorothy não será enterrada. Irmã Dorothy será plantada para que sua luta dê muitos frutos”.

Associação SOS Amazônia

Rua Pará, 61 – Cadeia Velha
CEP 69900-440 – Rio Branco/AC
www.sosamazonia.org.br
(68) 3223-1036

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Maximizando a Responsabilidade Social de sua organização!



Comunicação e responsabilidade social empresarial. Nós sabemos como fazer.

Instituto Parceiros da Vida de Comunicação & Responsabilidade Social Empresarial • parceiros@parceirosdavidade.org • www.parceirosdavidade.org



Uma Missão de profissionalismo e excelência



MARCIO ZEPELINI
marcio@zeppelini.com.br

Organização mineira criada há quase meio século demonstra, com transparência e profissionalismo, que o Terceiro Setor não deve ser sustentado somente por doações esporádicas e ajuda governamental

“**C**ria em mim um coração puro e renova uma consciência tranqüila dentro de mim”. A frase do filósofo indiano Sri Ramakrishna reflete bem o objetivo principal da Missão Ramacrisna, organização reconhecidamente de sucesso fincada no coração de Minas Gerais, em uma zona rural de Betim, a poucos quilômetros da capital mineira.

A possibilidade de contribuir para a subsistência e crescimento do indivíduo e da comunidade mantém o desejo de ver uma comunidade mais justa e livre dos males do mundo moderno. Desejo este que fez o Professor Arlindo Corrêa da Silva a fundar, em 1959, a Missão Ramacrisna. “Ele era um homem simples, sem posses, que veio de Campina Grande (PB), mas que tinha o dom de conquistar pessoas com suas palavras e ensinamentos”, proclama Solange Bottaro, atual presidente da entidade.

Ao promover o resgate da cidadania por meio da educação, profissionalização, assistência social e geração de renda para a população de baixa renda, a Missão Ramacrisna tem como base de atuação a educação para crianças e adolescentes, abrangendo também a família. “Acreditamos que somente com educação de qualidade será possível assegurar às crianças e jovens um crescimento como indivíduo, que lhes permita ocupar um espaço digno na comunidade e obter respeito e consideração da sociedade”, enfatiza Bottaro.

Em quase meio século de assistência à sociedade, já tirou mais de 15 mil crianças das ruas e da marginalidade. Hoje, atua com cerca de 450 crianças e adolescentes, para quem oferece acompanhamento escolar, atividades esportivas e culturais, além de complementação alimentar, profissionalização e inclusão digital.

Unidades Produtivas

O grande diferencial da atuação da entidade é a forma como trabalham a captação de recursos. Atualmente, cerca de 50% do custo de manutenção da organização vêm de suas Unidades Produtivas – uma fábrica de massas caseiras e outra de telas de arame. “Nosso objetivo é chegar em 2009, quando completaremos 50 anos de atividades, com 100% de nosso trabalho custeado pelas Unidades Produtivas”, afirma Américo Amarante Neto, diretor administrativo da entidade.

Ao colocar nas prateleiras de grandes supermercados e mercearias da região metropolitana de Belo Horizonte cerca de 800 kg de macarrão por dia, a Unidade Produtiva responsável pela fabricação de massas chega a faturar cerca de R\$ 30 mil por mês e já é detentora de certificações de qualidade e fiscalização de órgãos de saúde que comprovam a eficiência e o profissionalismo com que é tratada essa área. A consciência impregnada na cabeça dos dirigentes, funcionários e da própria comunidade de que as Unidades Produtivas representam avanço social para a comunidade é o que faz tecer um cenário otimista rumo a auto-sustentabilidade – palavrinha mágica que toda organização sem fins lucrativos deseja ter em seu vocabulário. “Tremos em busca de novos mercados, como São Paulo, maior consumidor de massas *per capita* do país”, suspira Amarante Neto.

Já a fábrica de telas é estampada em *outdoors* de estradas próximas a Belo Horizonte e demonstra a grandeza que um produto manufaturado de uma entidade social tende a representar no mercado concorrido e, muitas vezes, desleal do Segundo Setor. Ela enrola nada menos que 1.000 m² de telas alambradas por dia e fatura cerca de R\$ 90 mil por mês. Apesar de ter um

Sala de internet, de acesso livre à comunidade



espaço relativamente pequeno para suas quatro máquinas (uma delas totalmente automatizada), há ainda capacidade ociosa para produzir até o dobro do atual.

Isso também ocorre na fábrica de macarrão, detentora de equipamentos sofisticados e caros, implantados por meio de parcerias com grandes empresas e apoio de patrocinadores como a Petrobrás, Belgo Mineira e Cemig, entre outras. Já os recursos humanos para a mão-de-obra das duas fábricas, muitas vezes advêm da própria organização, dando oportunidades de um primeiro emprego aos alunos ou ex-alunos da entidade.

Profissionalização para geração de renda

Além das atividades rotineiras de educação, esportes e cultura oferecidos pela Missão Ramacrisna aos alunos regularmente matriculados no ensino público, a organização promove cursos profissionalizantes a jovens desqualificados e, na maioria das vezes, desempregados. São aulas que ensinam ofícios e formam profissionais como eletricitas, pedreiros e mecânicos de automóveis. Inicialmente, esses cursos foram montados para outras profissões ao auxílio de um escritório, como secretária e digitação, porém, com o tempo, percebeu-se que era um trabalho árduo, e muitas vezes em vão, pois faltavam empregos na região. Foi então que o programa passou por uma reformulação e o objetivo maior foi focar a geração de renda. Passou-se a ministrar profissões

que não era necessariamente preciso emprego fixo para gerar renda, o que possibilitou aos alunos oferecer pequenos serviços à vizinhança. “Há muitos casos de dois ou três alunos se juntarem para montar uma oficina mecânica, por exemplo”, comemora Bottaro.

Outra fonte de empreendedorismo criada pela entidade são as oficinas de artesanato, que atualmente migra para uma cooperativa de artesanato e terá, entre outras individualidades, estatuto, controle financeiro e corpo diretivo próprios. A presidente eleita da cooperativa, Luciana da Silva Pires, comemora as conquistas: “Nossos produtos são vendidos nas gôndolas sociais do Grupo Pão de Açúcar por todo o país”. As oficinas trabalham modelos modernos e charmosos de cestaria com jornal, tecelagem e cerâmica que dão ocupação, hoje, a cerca de 30 cooperados que produzem estoque suficiente para lhes garantir uma fêria de R\$ 300 a R\$ 500 mensais. “Agora, estamos em busca de uma sede própria para que possamos aumentar nossa produção e o número de cooperados”, diz sorridente a jovem presidente, que também é aluna regular da organização.

Apoio à comunidade

Não é só de estudantes que são preenchidas as carteiras, salas de aula e quadras da Missão Ramacrisna. Todo o espaço, que conta com quadra, biblioteca, sala de internet, auditório, entre outras áreas comuns, é aberto à população à noite e finais de semana. Na sala de internet,

por exemplo, a comunidade pode digitar e imprimir um currículo; já a quadra de esportes é dividida por uma agenda controlada por um grêmio comunitário criado na região.

Seguindo o idealismo seguido por seu fundador Arlindo, a Missão Ramacrisna “busca constantemente sua vivência espiritual por meio da ação, ajudando o próximo”. Idealismo esse que fez com que Ramakrishna e seus discípulos fizessem uma legião de seguidores no mundo todo até hoje.

O trabalho realizado pela Missão Ramacrisna tem seu êxito alicerçado em modernas regras e metodologias administrativas e de marketing iguais às que regem o mundo empresarial contemporâneo, trazendo à população uma receita de transparência, seriedade e confiança, que tem como consequência a oportunidade de uma vida justa e com qualidade. Pelo menos para aquela parcela da população que eles atingem. Pois o importante não é atender a todos, mas fazer bem feito a todos que atendem. ☺

Missão Ramacrisna

Rua Mestre Ramacrisna, 379
CEP 32501-970 – Betim/MG
www.ramacrisna.org.br
missao@ramacrisna.org.br
(31) 3596-2828

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial graduado pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

NÚMEROS DA MISSÃO RAMACRISNA

- 450** crianças e adolescentes atendidos diariamente
- R\$120** mil de faturamento nas duas Unidades Produtivas
- 16** toneladas de macarrão produzidas por mês
- R\$400** é a média de retirada de um cooperado da oficina de artesanato

À esquerda, cooperada em oficina de artesanato tecendo um jogo americano. Abaixo, Unidade Produtiva que fabrica o macarrão Ramacrisna e a fábrica de telas de arame



Aperfeiçoando os relatórios de sustentabilidade

Essencial em um programa de responsabilidade social, a ferramenta ainda não é plenamente dominada pelo mundo corporativo

CYRILLE BELLIER
cyrille.bellier@atitude.srv.br

As empresas precisam entender suas necessidades frente aos desafios dos negócios como um todo, integrando as questões sociais, ambientais e de governança

A produção de relatórios extrafinanceiros — chamados internacionalmente de relatórios de sustentabilidade —, como balanços sociais e ambientais, já está se tornando uma prática anual para muitas empresas brasileiras. O relatório é a ferramenta de comunicação que possibilita o entendimento e acompanhamento do desempenho das empresas em suas várias dimensões. Deve ser entendido como uma ampliação de escopo — para refletir as dimensões social e ambiental — dos atuais relatórios anuais, que contêm informações sobre a estratégia e desempenho econômico e financeiro da empresa. Esse esforço de relato das organizações responde a uma demanda de transparência crescente quanto à maneira de dirigir os negócios e de atuar de forma responsável em relação à sociedade e ao planeta.

Como prática razoavelmente recente, a publicação desses relatórios enfrenta algumas dificuldades, como, por exemplo, a falta de padronização e a quantidade enorme de normas, leis e princípios de atuação social e ambiental, além de vários procedimentos de certificação. Apesar do lançamento de guias de elaboração, como o *Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial*, do Instituto Ethos, e internacionalmente o guia da Global Reporting Initiative (GRI), a elaboração do relatório de sustentabilidade é um exercício complexo. Frente às várias normas sociais e ambientais que são desenvolvidas e lançadas internacionalmente, como ISO, SA8000 e AA1000, às iniciativas como o Global Compact e às necessidades de implantação de sistemas de informação ricos em indicadores, mas desconectados da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), as empresas têm dificuldades para encontrar o caminho da produção de relatórios de qualidade.

O reflexo dessa situação é que, em geral, os relatórios nacionais estão ainda muito focados em projetos sociais e, em consequência, a identificação dos impactos e das políticas de Responsabilidade Social Corporativa elaboradas é pouco presente, o que tende a desvalorizar o relatório perante os públicos potenciais e limita sua utilização como ferramenta de gestão ou de engajamento.

Para construir e melhorar os relatórios extrafinanceiros, as empresas precisam entender suas necessidades frente aos desafios dos negócios como um todo, integrando as questões sociais, ambientais e de governança. Antes de comparar os relatórios a *benchmarks* (teste que mede performance) usuais e levantar falhas, é preciso identificar e construir o “*benchmark ideal*” para a empresa, considerando as próprias necessidades, objetivos e peculiaridades.

O relatório de sustentabilidade é, antes de tudo, o reflexo do andamento da empresa no caminho da sustentabilidade. Além de uma peça de comunicação destinada à análise dos *stakeholders* da empresa, ele é também excelente ferramenta de gestão interna, pois permite medir, de maneira dinâmica, a evolução da empresa em relação a seus objetivos, constatar e corrigir erros de direcionamento ou de estratégia, definir e quantificar um esforço por meio do tempo. Um relatório bem elaborado pode tanto influenciar o comportamento e as decisões dos *stakeholders*, quanto permitir engajá-los, tornando-se uma ferramenta de gestão essencial à condução de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. 

Cyrille Bellier. Formado em Administração de Empresas, com ênfase em Marketing, pela Business School de Dijon (ESC Dijon), na França, é consultor da Atitude – Gerando Resultado Sustentável.

Consensos e desacordos na classificação de organizações do Terceiro Setor

RODRIGO MENDES PEREIRA

romepe@terra.com.br

O Terceiro Setor vem sendo objeto de inúmeras discussões. Não existe unanimidade no tocante a seu conceito, inclusive porque os conceitos variam conforme a ênfase dada a seus elementos ou características: diferenciação dos “outros setores”, abrangência, finalidade e natureza jurídica das organizações que o compõe.

Para definir que organizações sem fins lucrativos integram o Terceiro Setor, são utilizadas metodologias baseadas em classificações internacionais, que tornam possível a comparação de dados em perspectiva nacional e mundial.

Especificamente em relação à definição e identificação das entidades, faz-se uso da metodologia baseada no *Manual sobre as Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais*, recomendado pelas Nações Unidas. Segundo o manual, para ser caracterizada como entidade sem fins lucrativos e integrar, assim, o Terceiro Setor, a organização deve preencher cinco itens: ser privada, sem fins lucrativos, institucionalizada, auto-administrada e voluntária.

Algumas análises

Esses critérios são adotados por dois estudos nacionais, que objetivam dimensionar, mensurar e classificar o Terceiro Setor no Brasil. São eles:

- a. As Fundações Privadas e as Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil): realizado em 2002 pelo IBGE e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).
- b. Mapa do Terceiro Setor: produzido pelo Centro de Estudos do Terceiro Setor (Cets), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o apoio de outras organizações.

É importante destacar que embora ambos tenham utilizado a mesma metodologia na primeira etapa – preenchimento simultâneo dos cinco critérios –, eles divergem em alguns aspectos quanto à interpretação e aplicação da mesma. Um bom exemplo é o fato de os sindicatos terem sido excluídos no Fasfil e incluídos no Mapa.

Outro aspecto que merece ser ressaltado é o fato de que ambos incluíram um grupo

denominado religião, elucidando, entretanto, que nele constam apenas as organizações que têm como finalidade cultivar crenças religiosas. Assim, instituições de origem religiosa que desenvolvem outras atividades e têm personalidade jurídica própria, como, por exemplo, escolas, hospitais, creches etc., foram classificadas conforme as atividades que exercem.

O Fasfil é mais adequado à realidade brasileira por utilizar as informações do Cadastro Central de Empresa (Cempre), do IBGE, excluiu do universo das “sem fins lucrativos”, em síntese, as seguintes entidades:

- a. **Cooperativas:** têm objetivo de caráter econômico, pois visam a partilha dos resultados entre os membros cooperados. Estão classificadas no Cempre como entidades empresariais.
- b. **Entidades de mediação e arbitragem:** são essencialmente de cunho mercantil.
- c. **Caixas escolares e similares:** cemitérios, cartórios, conselhos, consórcios e fundos municipais são regulados pelo governo.
- d. **Partidos políticos, sindicatos e entidades do sistema S (Sesi, Sesc, Senac e Senai):** gerenciados e financiados a partir de um arcabouço jurídico específico. O desempenho dessas atividades não é facultado livremente a qualquer organização.

É importante ressaltar que essas últimas não deixam de ser entidades sem fins lucrativos, mas ficam fora do Terceiro Setor, de acordo com o critério adotado. O Fasfil conclui que três figuras jurídicas preenchem, simultaneamente, os cinco critérios, dentro do novo Código Civil: associações, fundações e organizações religiosas.

O que diz a legislação

Outro ponto que merece destaque é a forma como a Constituição Federal e o Código Civil identificam e denominam pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos ou lucrativos. Nesse caso, as cooperativas também se destacam, pois existe certa tendência de incluí-las no Terceiro Setor, embora elas tenham fins lucrativos. Já as fundações públicas são pessoas jurídicas de direito público, que integram o governo, e não a sociedade civil.

A Constituição Federal as identifica da seguinte forma: associações, fundações públicas e privadas, sindicatos, partidos políticos, cultos religiosos e igrejas, serviço social autônomo e cooperativas.¹

O Código Civil deixa claro que as sociedades são pessoas jurídicas de direito privado com fins econômicos ou lucrativos, assim como as cooperativas são sociedades cooperativas. O Código também identifica como sem fins lucrativos as seguintes organizações: associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos.²

Ao analisar as classificações adotadas pelas duas legislações, percebe-se que não existe ainda um posicionamento claro sobre o enquadramento ou não das organizações religiosas e dos serviços sociais autônomos no Terceiro Setor. Por outro lado, a Constituição Federal e o Código Civil consentem nos seguintes pontos:

- As figuras jurídicas básicas do sistema legal brasileiro, que integram o Terceiro Setor, são as associações e as fundações.
- A finalidade pública não está vinculada ao formato jurídico de uma associação ou fundação, assim como é uma distorção relacionar o conceito de Terceiro Setor a entidades privadas sem fins lucrativos com finalidade ou “vocação” pública.
- As sociedades cooperativas não integram o Terceiro Setor, em virtude de se organizarem com objetivo de caráter econômico.
- Os sindicatos e partidos políticos não integram o setor social, já que são identificados, tratados e regulados por legislação específica, assim como possuem finalidades particulares. 

¹ CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ART. 5º, XVIII E XIX; ART. 37, XIX; ART. 150, VI, C; ART. 8º, I A VIII, E ART. 150, VI, C; ART. 17 E ART. 150, VI, C; ART. 19, I, E ART. 150, VI, B; ART. 240, E ART. 62 DOS ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS; ART. 5º, XVIII, E ART. 174, PARÁGRAFO 2º.

² CÓDIGO CIVIL: ART. 44 E 981; ART. 1.093 A 1.096; ART. 44 E 53; ART. 44 E 62; ART. 44, PARÁGRAFO 1º; ART. 44, PARÁGRAFO 3º.

Rodrigo Mendes Pereira. Membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP, bacharel em Direito pela USP, pós-graduado pela FIA/FEA/USP (MBA em Gestão e Empreendedorismo Social) e especializações em Direito e Administração do Terceiro Setor pela Eaesp/FGV.

A administração financeira em ONGs

ARTUR EMILIO SAVIOLI

artursavioli@sabesp.com.br

O ensino e a prática de finanças têm se tornado cada vez mais desafiantes. Os últimos 15 anos presenciaram mudanças nos mercados e instrumentos financeiros, e a globalização da economia. A economia mundial sofre contínua revolução financeira, especialmente por meio do surgimento de novos conceitos e produtos financeiros. Por conta disso, a sociedade dispõe de um enorme capital de conhecimento no campo de finanças empresariais, que permite aos administradores maximizar, ou pelo menos racionalizar, suas formas de atuação.

Em virtude da situação vigente, as organizações do Terceiro Setor precisam obter respostas a perguntas importantes para o próprio desenvolvimento, a fim de atender às necessidades das partes interessadas em seu sucesso, entre elas, comunidade, parceiros e voluntários. O estabelecimento da identidade da organização, composta por sua visão de futuro, missão e valores, determinará o caminho a ser percorrido e a postura adotada perante os desafios, com desdobramentos em diretrizes, metas, indicadores, projetos e planos de ação.

Alguns conceitos financeiros

O comprometimento de todos os membros da organização ajuda na identificação das fontes de recursos que podem advir em curto prazo – para necessidades diárias –, como também em longo prazo – para a execução de projetos. Para isso, é necessário esclarecer alguns conceitos financeiros:

Quais investimentos de longo prazo devem ser feitos pela entidade?

Essa é a decisão de orçamento de capital, que está ligado aos recursos materiais de longo prazo, como equipamentos e instalações, entre outros.

Como levantar recursos para financiar os investimentos exigidos?

Cabe à decisão da entidade. No Terceiro Setor, pode-se obter recursos por meio de parcerias de longo prazo no financiamento de recursos financeiros e materiais, mas é necessário demonstrar os benefícios que a sociedade, a organização e o parceiro irão alcançar com o projeto.

Quais recursos de curto prazo a entidade deve ter?

Os recursos de curto prazo são captados das contribuições voluntárias dos integrantes, parceiros, colaboradores da instituição e também por mecanismos de doação.

Quais os instrumentos básicos para a avaliação da entidade?

Há instrumentos de matemática financeira, análise de balanços, engenharia econômica e planejamento financeiro. Vejamos:

- **Matemática financeira:** responsável pela instrumentação técnica da análise financeira. Fornece suporte para o administrador avaliar a possibilidade de empréstimos, captação de recursos via lançamento de ações, debêntures, títulos no mercado internacional e nacional.

- **Análise de balanços:** mostra as situações patrimoniais da organização, assim como suas obrigações. Demonstra os pontos fortes e fracos e direciona as projeções de balanços futuros, além de nortear as decisões do administrador financeiro, tais como redução do endividamento e do imposto a pagar, e adequação da entidade, a fim de maximizar seus recursos.
- **Engenharia econômica:** com este instrumento é possível conhecer as variações de investimentos e resultados dos projetos.
- **Planejamento financeiro:** importante em um contexto de globalização econômica e integração dos países em blocos. Mostra que as organizações devem buscar alternativas de captação de recursos mais baratas, assim como a administração eficiente desse capital, dada a grande necessidade de atendimento às carências sociais existente em alguns setores da sociedade. 

INDICAÇÕES DE LEITURA

- *Administração financeira: uma abordagem prática*, de Masakazu Hoji. Ed. Atlas
- *O espírito transformador: a essência das mudanças organizacionais do século XXI*, de Jair Moggi. Ed. Infinito

Artur Emilio Savioli. Coordenador do grupo de estudo do Terceiro Setor do curso de pós-graduação da Unicapital, mestre em Ciências Sociais aplicadas à Administração, economista e professor de Administração Financeira e Gestão em Administração. Consultor da Sabesp.



Apelar é a única forma de conquistar e manter a audiência?

O programa de rádio *Canto Cidadão* acabou de completar três anos de existência. Neste período, foram apresentados milhares de pontos relacionados ao Terceiro Setor, tema principal do programa. E sabe o que aconteceu com os índices de audiência? Eles vêm crescendo a cada mês, ininterruptamente.

Isso mesmo, um programa que trata de cidadania, voluntariado, responsabilidade social, entre outros temas, conquistando cada vez mais ouvintes, de todos os perfis, em vários locais do país. A receita? Misturar cidadania e alegria na medida certa, motivando o cidadão a ouvir, aprender e contribuir para o equilíbrio social.

Idis oferece conhecimento e conceitos práticos de planejamento e aplicação de projetos sociais para empresas, famílias e comunidades

Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

ELAINE IORIO

“Promover e estruturar o investimento social privado como um instrumento do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável.” Essa é a missão do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), que desde 1999 dá apoio técnico a empresas, famílias e comunidades que queiram investir e atuar de forma estratégica e inovadora em suas ações sociais.

No início dos trabalhos do instituto, a falta de conhecimento de causa, ou de bons projetos relacionados a um tema, era problema recorrente do setor, bem como a dificuldade em estruturar projetos. “O objetivo do Idis é otimizar recursos financeiros e humanos, além de sensibilizar os atores da sociedade sobre a importância de planejamento, monitoramento e avaliação dos programas, que são intrínsecos ao conceito de investimento social privado e elementos fundamentais na diferenciação entre essa prática e a filantropia tradicional”, conta Marcos Kisil, presidente do instituto.

Segundo ele, o Idis foi criado com base nos valores de ética, equidade, transparência e criatividade. Esse último representa um elemento diferencial para a atuação do instituto, que está sempre em busca de novas áreas de atuação, metodologias e desafios. Para isso, conta com uma estrutura de atuação formada pelas seguintes áreas:

- Núcleo de Capacitação
- Investimento Social Familiar (Isfam)
- Investimento Social Corporativo (Iscor)
- Investimento Social Comunitário (Iscm)

Realizações

Em seis anos de atuação, o Idis é responsável por inúmeras realizações no Terceiro Setor, como o apoio à criação de 12 organizações de caráter corporativo, entre elas a Fundação Telefônica e os Institutos Camargo Correa, Votorantim e Avon. Também introduziu o conceito de investimento social familiar, que já estruturou quatro novos institutos.

Outra área de atuação é a organização de comunidades, que visa melhorar o aproveitamento dos recursos privados que são doados. Segundo Kisil, “o aparecimento de sete organizações comunitárias, chamadas de OFISCs – Organizações de Filantropia e Investimento Social Comunitário, representa para cada comunidade beneficiada um novo elemento catalisador da participação cidadã na construção do desenvolvimento comunitário”.

Planos e perspectivas

A fim de introduzir novas atitudes com relação ao uso dos recursos públicos, o Idis desenvolveu o conceito de Marketing Relacionado a Causas, no qual empresas “emprestam” seus *brands* (marcas) já conhecidos para causas sociais que necessitam da adesão da sociedade, como a campanha da Avon contra o câncer de mama, por exemplo. Por conta disso, o instituto mantém parceria com o Business in the Community (BiTC), entidade inglesa que desenvolveu conhecimento e técnicas a serem disseminadas na realidade brasileira.

Entre as próximas atividades estão a construção de redes sociais comunitárias e o portal de investimento social, uma forma de disseminar conhecimentos e práticas desenvolvidas por parceiros, clientes e comunidade internacional.

De acordo com Kisil, o Idis procura a cada ano se aprimorar e incentivar a troca de experiências por meio de palestras, seminários e encontros. “Hoje, ocupamos posição de destaque no setor, tendo já participado de inúmeros projetos empresariais, além de prestar consultoria a diversos projetos comunitários e familiares.”

“O objetivo do Idis é otimizar recursos financeiros e humanos, além de sensibilizar os atores da sociedade sobre a importância de planejamento, monitoramento e avaliação dos programas”

Marcos Kisil, presidente do instituto



Idis



Rua São Tomé, 119, cj. 42
Vila Funchal – São Paulo/SP



www.idis.org.br



(11) 3044-4686/Fax: (11) 3044-4685



A magia do

Paula discursando no dia do lançamento do projeto

do esporte em favor do desenvolvimento social

Experiência nas quadras e apoio de parcerias são as ferramentas de Magic Paula na formação de jovens carentes

ELAINE IORIO

Desde o dia 17 de fevereiro deste ano, crianças e adolescentes carentes de Diadema, Grande São Paulo, têm um motivo a mais para acreditar no futuro. Acostumados com uma vida de poucos recursos e sonhos, os jovens agora fazem parte do recém-inaugurado projeto Passe de Mágica, idealizado pela atleta Paula, que oferece aulas de basquete, noções de cidadania e ecologia.

Lançado em agosto do ano passado e com dois primeiros núcleos em Piracicaba, o programa chega agora a Diadema graças à parceria com a Farnell-Newark InOne, empresa que doará 1% do valor das compras acima de R\$ 100 realizadas em seu site.

Além de coordenar o projeto, a ex-jogadora de basquete, que durante 22 anos encantou os amantes do esporte na seleção brasileira, é exemplo de determinação. Com um título mundial (1994) e uma medalha olímpica (prata em Atlanta), Paula sempre se destacou por suas habilidades e criatividade em quadra, características que lhe renderam o codinome mundialmente conhecido: Magic Paula.

Com o apoio de sua irmã, Branca, também ex-jogadora da seleção, Paula espera que o projeto proporcione o desenvolvimento de cada criança como cidadã, além de promover a disciplina, a sociabilidade e o respeito ao próximo.

Em entrevista à Revista Filantropia, ela conta mais sobre a criação e a viabilização de seu projeto social.

Revista Filantropia: *Quando e como nasceu a idéia do Passe de Mágica?*

Paula: Alguns anos antes de parar de jogar, a Branca e eu fizemos um “projecinho” e saímos à procura de parceiros. Antes mesmo de encontrar patrocínio, a proposta ganhou o nome atual, criação do Washington Olivetto. Depois de muitas idas e vindas, engavetamos a idéia e, somente em 2004, o sonho foi concretizado. Fui procurada para ser garota-propaganda da Cooperativa de Consumo (Coop), que iria instalar um supermercado em Piracicaba, e disse que só aceitaria a proposta se metade do meu cachê fosse destinada ao projeto.

Filantropia: *Como foi o processo de concretização e quais as dificuldades enfrentadas?*

Paula: A maior dificuldade foi encontrar quem acreditasse e apoiasse o projeto. A partir daí, tudo ficou mais fácil. Unimos o que cada um tinha de mais forte: quem poderia ceder o espaço, a empresa para bancar os custos e a minha equipe para a formação e treinamento dos profissionais.

Filantropia: *Quais as fontes de renda do programa e como é administrado?*

Paula: O Senai Diadema (Manuel Garcia Filho) entra com a estrutura física e a assistência social; a Farnell-Newark InOne paga os profissionais, lanches, uniformes, assessoria de imprensa e marketing; e o Passe de Mágica cuida da coordenação, treinamento e acompanhamento do projeto.

Filantropia: *Como é seu envolvimento com o Passe de Mágica? O que lhe traz mais satisfação?*

Paula: Assumo a função de gerenciar, acompanhar e observar as mudanças comportamentais dos jovens. Minha felicidade é saber que posso contribuir para um futuro melhor para eles, como cidadãos.

Filantropia: *Na sua opinião, qual a importância da ação social para o desenvolvimento do país?*

Paula: Se cada um de nós fizer um pouco, doando-se em prol de mudanças, não seremos refém do descaso no futuro. A responsabilidade é de todos, mas, infelizmente, há muitos projetos bacanas com o mesmo foco dando tiros em direções diferentes. Devemos nos unir e fazer as parcerias se tornarem muito mais fortes.

Filantropia: *Como você gerencia seu tempo entre as ações sociais e o trabalho?*

Paula: Não tem sido fácil. Além do projeto social, tenho meus negócios, faço palestras em empresas, administro o Centro Olímpico e minha vida pessoal. Quando a gente gosta do que faz, fazemos com prazer! 

 www.magicpaula.com.br/passedemagica.htm

Ao centro, Branca, irmã de Paula. Abaixo, Magic Paula, Stuart Silk, gerente geral da Farnell no Brasil, Marli Brochini da Mb7 (empresa responsável pelo marketing da Farnell) e Elisângela Facha da Bical Calçados (que forneceu os tênis para as crianças atendidas)

